

**A CULTURA DA VIOLÊNCIA E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO
PARA A PAZ**

WILSON CRISTOVAM

A CULTURA DA VIOLÊNCIA E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

WILSON CRISTOVAM

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Instituição Educacional: Organização Gestão.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri

370
C933c

Cristovam, Wilson

A cultura da violência e o desafio da educação para a paz /
Wilson Cristovam. – Presidente Prudente, 2011.
77 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do
Oeste Paulista – Unoeste: Presidente Prudente – SP, 2011.
Bibliografia.

Orientadora: Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri

1. Educação. 2. Violência. 3. Paz. I. Título.

WILSON CRISTOVAM

A CULTURA DA VIOLÊNCIA E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

Dissertação apresentada a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade do Oeste Paulista, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Presidente Prudente, 05 outubro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste,
Presidente Prudente - SP

Prof. Dr. Levino Bertan
Universidade do Oeste Paulista – Unoeste,
Presidente Prudente - SP

Prof. Dr. Claudio Edward Reis
Universidade Estadual de São Paulo – UNESP
Assis - SP

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todas as pessoas que integram o movimento de reflexão e ação para uma sociedade mais justa e solidária.

À minha família que sempre me deu apoio e incentivo para a realização deste estudo.

Aos amigos que sempre se fizeram presentes e apoiaram e contribuíram para a realização desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível, graças à orientação precisa, recebida da Profª Drª Lúcia Maria Gomes Corrêa Ferri.

Aos professores do curso de pós-graduação em educação, que muito contribuíram para ampliar o conhecimento, a partir da reflexão e análise desenvolvidas durante as aulas, no decorrer do ano de 2010. Faço questão de nomeá-los:

Prof. Dr. Levino Bertan

Prof. Dr. Cláudio Roberto Brocanelli

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho

Profª. Drª. Renata Portela Rinaldi

“No liberalismo, o pobre era tido como preguiçoso, hoje ele é automaticamente suspeito” (Adorno e Horkheimer).

RESUMO

A CULTURA DA VIOLÊNCIA E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

O presente trabalho é uma reflexão sobre a cultura da violência e os desafios da educação para a paz. Tem como objetivo buscar as causas desta cultura, a análise de suas consequências para a sociedade e, propor caminhos e meios a serem utilizados para a promoção da paz. A pesquisa situa-se na Área da Educação; é de abordagem qualitativa, com eixo epistemológico histórico crítico-dialético e entendida como teoria fundamentada. O problema desta pesquisa baseia-se nas seguintes indagações: quais as bases humanas e sociais da cultura da violência? Como a educação pode contribuir para promoção da cultura da paz? O estudo se voltou para a revelação da violência como resultado da situação político-econômica e social, que contou com o seu desenvolvimento desde a colonização do Brasil pelos portugueses. Abordou as consequências, do domínio das oligarquias sobre o Estado, para a sociedade. Constatou que a dinâmica de retraimento da sociedade civil se dá de modo especial no contexto neoliberal, que se caracteriza pela atuação e contenção de investimentos do Estado em relação às políticas públicas sociais. A partir da investigação bibliográfica foi identificada a ocorrência do processo de exclusão social e do uso da força repressora estatal, posta a serviço das elites para evitar o desencadeamento dos movimentos de reivindicação, iniciados pelos atores sociais. O conjunto das análises realizadas possibilitou considerar o desafio para se formar cidadãos críticos e reflexivos; e o desafio para o ensino, hoje marcado pelo neoliberalismo, considerar o ser humano como beneficiário do desenvolvimento e não simplesmente parte do processo de produção capitalista, quesito para a construção de uma sociedade mais justa. E, por fim, possibilitou apontar alguns caminhos e meios para educação capaz de gerar a cultura da paz.

Palavras-chave: Cultura. Violência. Paz. Educação.

ABSTRACT

THE VIOLENCE CULTURE AND THE CHALLENGE FOR PEACE EDUCATION

This work is a reflection on the violence culture and the challenges of education for peace. Aims to seek the causes of this culture, the analysis of its consequences for society and propose ways and means to be used for the promotion of peace. The search is located in the Area of Education; it's for qualitative approach, with epistemological axis critical history-dialectical and understood as reasoned theory. The problem of this research is based on the following questions: what are the human and social bases of the violence culture? How education can contribute to promoting the culture of peace? The study turned to the revelation of violence as a result of political-economic situation and social attended its development since the colonization of Brazil by the Portuguesemen. Addressed the consequences of the domain of oligarchies over the State, to the society. Found that the dynamics of civil society's withdrawal gives a special way in the neoliberal context, characterised by performance containment and investment of the State in respect of social public policies. From the literature search was identified the occurrence the process of social exclusion and the use of force, put the service State hunger suppressant of the elites to avoid triggering movements of claims initiated by social actors. The set of analyses carried out led to consider the challenge to develop critical and reflective citizens; and the challenge for education, today marked by neoliberalism, consider the human being as beneficiary of development and not simply part of the process of capitalist production, the question for the construction of a fairer society. And, finally, allowed point some ways and means for education capable of generating a culture of peace.

Keywords: Culture. Violence. Peace. Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A SOCIEDADE E A CULTURA DA VIOLÊNCIA	15
1.1 Significado e Relevância da análise sobre a Cultura da Violência	15
2 O ESTADO MODERNO SOB A INFLUENCIA DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA	20
2.1 O Estado em tempo de transformações	20
2.2 As consequências sociais de um Estado neoliberal	28
3 LIMITAÇÕES DA HISTÓRIA CONSIDERADA NA PERSPECTIVA DA ELITE DOMINANTE	32
3.1 O período colonial que compreende os anos de 1492 a 1800	32
3.2 A cultura no período das novas dependências ou do novo colonialismo a Partir de 1808	35
3.3 O período de 1930 a 1964: a esperança de uma cultura nacional	39
3.4 O período pós 1964: um golpe na democracia	41
3.5 A cultura da violência analisada na perspectiva dos pobres	43
4 A CULTURA DA VIOLÊNCIA: O ESTADO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SUA PRÁTICA SOCIAL VIOLENTA	48
4.1 A violência em evidência	48
4.2 A cultura da violência institucionalizada	50
4.3 Políticas Públicas e Teoria Neoliberal	53
4.4 A educação neoliberal como empecilho para a cultura da paz	55
5 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ	59
5.1 A Cultura da Paz como Perspectiva	59
5.2 Caminhos e meios possíveis para a construção da cultura da paz	60
5.2.1 A Exclusão Social: violência que gera violência	61
5.2.2 Uma Comunicação a serviço da paz	63
5.2.3 A militância social como perspectiva de transformação para paz	66
5.2.4 A Educação para a Paz: um desafio que envolve toda a sociedade	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	69
REFERÊNCIAS	73

INTRODUÇÃO

A preocupação com a crescente violência na sociedade brasileira, mais especificamente com a cultura da violência, enquanto sacerdote, líder de comunidades, é que me motivou aprofundar a análise deste fenômeno na perspectiva da educação para a paz. Esta pesquisa investiga as consequências sociais dessa cultura, que gravemente se manifesta, elevando o índice das estatísticas de homicídios, assaltos, acidentes de trânsito com vítimas fatais, dentre outros.

Há o pressuposto de que a revolução técnico-científica trouxe grande contribuição para a humanidade, mas que, no entanto, é discutível a sua contribuição para melhoria da condição humana no planeta. Somente uma pequena minoria desfruta dos resultados desta revolução. No Brasil¹, cerca de 10% dos mais ricos gastam dez vezes mais que os 40% mais pobres. Há também uma distribuição irregular da riqueza no país com a distância média de 10 vezes mais da despesa per capita entre os mais ricos e os mais pobres. Os 10% mais ricos usufruem das riquezas do país, em detrimento da grande maioria, para quem são negados os direitos fundamentais, inclusive à sobrevivência, moradia, saúde e educação.

Decorrente da injustiça social observa-se um aumento alarmante da violência, o que neste trabalho consideramos como cultura da violência. Milhões de pessoas sofrem as consequências. Esta situação tem suas configurações não apenas social, política e econômica, mas, também, psicológica, ética e moral, provocando a crise de valores, sublinhada pelos meios de comunicação, que produzem um bombardeio constante de informações carregadas de violência.

O problema desta pesquisa baseia-se nas seguintes indagações: quais as bases humanas e sociais da cultura da violência? Como a educação pode contribuir para promoção da cultura da paz?

A pesquisa pretendeu aprofundar e contribuir com uma análise crítica acerca do tema e dos desafios para a superação da cultura da violência e

¹http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=961&id_pagina=1. Acesso em: 31 ago. 2009.

desenvolver a cultura da paz. O estudo é oportunidade para colaborar na busca pela paz, que tantos almejam e que, ao longo da história, milhares de pessoas deram a própria vida para construí-la.

Por outro lado, é apropriado, tendo em vista que faz parte das preocupações acadêmicas, da estrutura escolar e da própria sociedade. Assim, queremos contribuir com o profissional da educação para formação de pensadores críticos, atuantes e transformar a realidade.

Parafraseando Comblin (1996), diante da decadência do Estado e da sua crescente impotência para enfrentar os grandes desafios, cabe à sociedade organizar-se para buscar soluções, e é aqui que a reflexão e a análise se constituem em estudo para apoiar e incentivar a práxis dos movimentos de base, na busca de um modelo de sociedade mais justa. Entende-se, também, que a instituição escolar é indispensável para a criação de uma nova sociedade. Deve desenvolver cidadãos reflexivos, educadores comprometidos com valores éticos e cidadania, para que garantam o funcionamento da democracia com menos violência e mais paz.

Os objetivos deste estudo serão: buscar, por meio de investigação teórica, as causas da cultura da violência; analisar as consequências que esta cultura tem provocado na sociedade brasileira e a contribuição da educação.

Para realizar esta investigação, optamos pela pesquisa de abordagem qualitativa de procedimento bibliográfico, pois este caminho metodológico, como nos aponta Oliveira (2007), permite entrar em contato direto com fontes científicas sem, necessariamente, precisar recorrer aos fatos da realidade empírica.

Para este tipo de abordagem, segundo Oliveira (2007, p. 53) é “recomendável a utilização dos fundamentos da dialética” e ter uma “visão holística e sistêmica da realidade de estudo”. Além disso, a pesquisa qualitativa possibilita a investigação sobre fatos do passado e que hoje dispõem de pouca informação. Também possibilita uma análise do funcionamento das estruturas sociais que determinaram a sociedade. E, ainda, ajuda a compreender aspectos históricos, políticos, psicológicos e antropológicos do desenvolvimento da cultura de um povo.

Optamos por escolher este tipo de abordagem, pois tem “como principal fundamento a crença de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real, objetivo, concreto e o sujeito; portanto, uma conexão entre a realidade cósmica e o homem, entre a objetividade e a subjetividade” (OLIVEIRA, 2007, p. 60).

Com esta metodologia será possível desenvolver a reflexão e análise da cultura da violência. Portanto, será uma pesquisa qualitativa bibliográfica, com eixo epistemológico histórico crítico-dialético, pois o conjunto de suas técnicas são estratégias para coletar dados de ordem social, como se configura o fenômeno estudado, o que possibilita sua interpretação. Permite a análise histórico-crítica do cotidiano, discutir práticas, refletir a trajetória do movimento social e cultural. Permite também discutir estratégias e propor mudanças. Nossa preocupação se dá dentro do contexto cultural no qual se possibilitou o desenvolvimento da violência. Neste sentido, é que se define o tipo de estudo que se procede: o estudo histórico crítico-dialético.

Além do mais, o procedimento da pesquisa qualitativa possibilita uma análise dialética, segundo a qual, afirma Oliveira (2007, p. 53), “fornece os fundamentos” para um estudo em profundidade, visto que tal método requer “o estudo da realidade em seu movimento, analisando as partes em constante relação com a totalidade” (Ibidem, p. 53).

Com os resultados adquiridos pretendeu-se fundamentar e estabelecer uma análise da realidade fenomênica da violência e, além de aprofundar suas causas, propor alternativas que contribuam para uma cultura da paz. É também um tipo de estudo entendido como “Teoria Fundamentada”. Segundo Merriam (1998) o resultado final é uma teoria que emerge e se define por elementos conceituais.

A pesquisa qualitativa bibliográfica, portanto, de teoria fundamentada é coerente com os objetivos aqui estabelecidos, pois ajudou a compreender melhor a realidade social onde se manifesta tal fenômeno. Possibilitou uma visão de conjunto no qual se relacionam as partes num movimento histórico e dinâmico (ou dialético-histórico). Tornou possível também, uma melhor compreensão do objeto estudado e sua complexidade, pois:

Conhecer a realidade vai além de acumular fatos e dados sobre ela. Só a conhecemos se os dados possibilitarem uma compreensão do todo dialético, no qual as partes são compreendidas como ‘partes estruturais do todo’. O todo [...] envolve a relação entre as partes e a influência de uma sobre as outras (SCHMIDT, 2007, p. 26).

Por fim, estabeleceu-se uma relação entre o que se tem escrito e proposto para a superação da cultura da violência. Isto se fez a partir de estudos históricos, da bibliografia analisada, de documentos e banco de dados de

universidades e de instituições governamentais. Foram estes instrumentos importantes em nossa pesquisa, pois tais fontes forneceram bases suficientes para o estudo e análise de documentos como relatórios, reportagens de jornais, revistas, livros, enciclopédias, periódicos, ensaios críticos, dicionários e artigos científicos.

Resta-nos agora circunscrever as relações entre as análises que desenvolvemos ao longo deste trabalho. É sabido que o tema da violência praticada nas sociedades humana é de complexidade singular.

Atualmente muito se tem refletido sobre a violência doméstica, a violência no trânsito, na escola, principalmente o bullying, a criminalidade e o narcotráfico, entre outros. Não foram analisados estes enfoques particulares do fenômeno. Nossa pesquisa tratou fundamentalmente e de um modo muito particular a cultura da violência. Analisou a violência a partir das configurações históricas que se foram articulando à dimensão cultural.

Percebeu-se neste trabalho que a prática da violência dentro das modalidades acima relacionadas é consequência de um fenômeno que tem dimensões mais amplas, são resultados de uma cultura da violência. Nossa análise circunscreve-se dentro de um enredo social, político e econômico mais ou menos definidos e estabelecidos historicamente nas relações entre as classes sociais dominantes e as classes sociais populares desde o período colonial.

Nesta perspectiva a análise aponta para a responsabilização das elites dominantes do país e do Estado, que em grande medida sempre esteve sob o domínio destes grupos. Entendeu-se que o papel do Estado consiste no desenvolvimento de um governo do povo para o povo; de modo que seja garantido o seu bem estar e a harmonia social. Isto é o que se espera de um Estado democrático.

Esta dissertação conta com os seguintes capítulos: o primeiro, A Sociedade e a Cultura da Violência, é uma análise sobre o significado do termo cultura, seu surgimento e relevância para o estudo da cultura da violência.

No Capítulo segundo, O Estado Moderno sob a influência do Sistema Econômico Capitalista, é analisado o Estado sob o processo de transformações imposta pelo capitalismo e as consequências sociais de um Estado neoliberal.

Na sequência, o Capítulo terceiro, Limitações da História considerada na perspectiva da Elite dominante. Discute a construção histórica da cultura da violência a partir da ótica dos empobrecidos, do período colonial aos dias de hoje.

No Capítulo quarto, A Cultura da Violência: o Estado e a Institucionalização da sua Prática Social Violenta, a análise centrou-se na prática que evidência a violência e a sua institucionalização. Os principais fatos apresentados no capítulo se deram no Estado de São Paulo, envolvendo principalmente a polícia militar. As deficiências no desenvolvimento de políticas públicas para a segurança, além de outros setores por consequência da prática neoliberal dos que estiveram à frente do governo nas décadas de 80 e 90.

O Capítulo quinto, Os Desafios da Educação para uma Cultura da Paz, discute as perspectivas, caminhos e meios possíveis para a construção desta cultura; a necessidade de superação da situação de exclusão social, uma vez que a paz é fruto da justiça. Sobre os meios de comunicação como instrumento eficaz a serem colocados a serviço da paz e a importância da militância social para a transformação da sociedade.

Nas Considerações Finais, enfatiza-se a necessidade de uma mudança de mentalidade da sociedade e de metodologia na análise dos fatos. É considerada a importância de uma reinterpretação da história a partir da perspectiva do empobrecido e da necessária mudança nas Instituições governamentais e não governamentais, principalmente de suas políticas sociais, para a construção de uma sociedade mais justa.

Propor ações e projetos que visem a superação da cultura da violência e a construção de uma cultura da paz não deve ser esperado como algo que acontecerá por força de fatores externos. É preciso que a sociedade se sinta responsabilizada pelo seu próprio futuro e se coloque a serviço de uma educação para a paz.

1. A SOCIEDADE E A CULTURA DA VIOLÊNCIA

1.1 Significado e Relevância da Análise sobre a Cultura da Violência

Em primeiro lugar, é necessário considerar o que se entende por cultura. Santos (1983, p. 12) sugeriu que “cada cultura é o resultado de uma história particular”. Apresenta a etimologia da palavra e enfatiza “cultura é palavra de origem latina e em seu significado original está ligada às atividades agrícolas. Vem do verbo latino colere, que quer dizer cultivar” (Ibidem. p. 27).

Em segundo lugar, é importante deixar evidenciado o que entendemos por “cultura da violência”: é adoção e cultivo da prática social violenta para a resolução de conflitos ou para atingir objetivos desejados, que produz constantemente novas formas de violência.

Consideramos um tipo de cultura que dilacera e desarticula as relações humanas, transformando a personalidade e a conduta do indivíduo. Por isso, afirmamos que tal realidade não pode ser ignorada pela sociedade. É resultado de uma história que no Brasil se impôs. Esta cultura foi construída e cultivada desde o período colonial, quando se praticou a exploração da mão-de-obra escrava. Suas consequências ainda hoje se fazem perceber. Se não houver uma preocupação da sociedade e uma ação efetiva do Estado, esta cultura pode assumir dimensões caóticas no país; os indicadores estatísticos já os tem registrado, sem contar que a violência se manifesta de modo diferente, dependendo da realidade onde ocorre.

Em terceiro lugar, considera-se necessária a sua superação como condição imperativa para construção da cultura da paz. E, ainda, no que diz respeito ao conceito de cultura nos baseamos em Caldas (1986) que afirma que a palavra cultura foi usada pela primeira vez pelos romanos para destacar a educação aprimorada de uma pessoa, seu interesse pelas artes, pelas ciências, filosofia e por tudo o que o ser humano havia produzido ao longo da história. Para designar um sentido ao termo que se aproprie melhor aos tempos atuais, considera cultura como “o complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade; civilização” (CALDAS, 1986, p. 11).

Desta análise pode-se inferir que a cultura não é estática; ela se configura dentro de um espaço e tempo e se define conforme a organização de um determinado grupo. No mesmo sentido, Alves (1988, p. 15), aprofundou o que acima foi sugerido quando afirmou que a cultura não é “uma coisa imóvel, acabada. Como ela se faz na prática coletiva, está eternamente se transformando e criando novas possibilidades de ser”.

Para entendermos melhor o que se afirma recorre-se ao contexto da história recente onde constatamos profundas mudanças nas relações humanas, principalmente, nas últimas décadas do século XX e início deste século, no qual concorda-se com Matos (2003) que considerou em sua análise a força avassaladora do neoliberalismo colocada no processo de globalização que se impôs em todos os campos da vida das pessoas, das comunidades e dos diferentes povos e nações. Além disso, colocou em crise a soberania nacional, desmobilizou os movimentos e os que neles militavam. Estruturas mundiais de poder como a Organização das Nações Unidas (ONU) sofreu redução na capacidade regulatória do Estado e transformou, com isso, as identidades culturais locais.

Por meio dessas mudanças, a violência se estabeleceu e ganhou relevância nos discursos políticos e nos trabalhos acadêmicos. Tornou-se matéria de grande audiência nos meios de comunicação pelos noticiários, programas de televisão sensacionalistas, além de filmes com cenas explícitas de violência para seduzir o espectador. Segundo Buddemeier (2007, p. 38), “observar violência contra seres humanos provoca fortes emoções”, o que justifica a insistência em produzir programas com cenas de violência. O mesmo autor afirmou que as cenas de violência produzidas podem ser o único meio para o espectador vivenciar algo novo.

Potências capitalistas promoveram, nas últimas décadas, “espetáculos” de guerras pelas telas de TV, fazendo com que a humanidade assistisse tal façanha como sendo um show, legitimando e justificando a violência. A ONU, responsável pela Declaração dos Direitos Humanos, testemunhou sem muito interferir suas nações-membro no desrespeito a tais direitos.

Os Estados Unidos, e outras potências sobrepuseram-se às nações com o direito de promover incursões de guerra em nome da democracia e da paz. Segundo Labica (2009, p. 30), “a confusão entre guerra e política realmente se estende do nível local ao planetário”. O terrorismo, e toda forma de violência se vende tão bem quanto a segurança. O autor entende a violência nestes termos:

Tem um bom mercado e um futuro garantido, já que ela envolve [...] todas as formas de conflitos: entre nações, entre povos, entre etnias, entre comunidades, entre religiões, entre civilizações, entre classes, na economia, na política, na ideologia, na alimentação, na cultura e na agricultura [...], na rua, na escola, no estádio, na família, no casal, na oficina, na exploração agrícola, na empresa [...] A produção de malfeitores de todos os tipos se desdobra na produção de meios para deter essas malfeitorias que, por sua vez, se multiplicam ainda mais (LABICA, 2009, p. 31).

A cultura da violência ganhou, portanto, dimensões mundiais, ao que tudo indica estão subjacentes fatores predominantemente econômicos com características neoliberais, em que tudo parece girar em torno do lucro, estabelecendo o absolutismo do mercado até mesmo no contexto de violência.

Pedroso (2006) identifica no Brasil, igualmente ao que se vê em outros contextos internacionais, o avanço da violência. Ilustrando essa realidade, afirmou que os presídios são uma verdadeira bomba-relógio, prestes a explodir; do mesmo modo, a violação de direitos dos povos indígenas e de trabalhadores sem-terra promovida pelos grandes latifundiários tem cobertura do sistema judiciário.

O Estado não tem dado conta de suas responsabilidades, sofrendo grande influência de grupos econômicos e politicamente hegemônicos. O Estado fraqueja pela má gestão ou ausência de Políticas Públicas:

O Estado é uma instituição natural e totalmente nascida para a pessoa, a fim de constituir o bem comum, com o qual a Pessoa, por sua vez, possa alcançar seu próprio fim [...] seu fim (do Estado) é defender e assegurar o bem e os meios próprios de todas elas (pessoas e sociedade) (DERISI, 1977, p. 265).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil sugere a paz como obra da justiça: “supõe e exige a instauração de uma ordem justa que possibilite a realização humana e permita que todas as pessoas sejam sujeitos da própria história” (CNBB, 2008, p.107 – n 237). Portanto, a justiça é condição para a paz, o Estado deve ter uma gestão fundada na justiça.

Na mesma perspectiva, entende-se que a cultura é “a atualização ou aperfeiçoamento temporal do próprio ser ou bem do homem nas diversas zonas de sua realidade e atividade” (DERISI, 1977, p. 21). Quando se perde a noção dos valores éticos e morais corre-se o risco de gerar situações de violência.

Entende-se também que a cultura da violência tem suas raízes no exercício do poder praticado em benefício próprio ou em favor de grupos em detrimento da grande maioria: “somente quando o poder significar, de fato,

autoridade, ou seja, exercício em vista do aperfeiçoamento do outro e tornar-se serviço em vista do bem comum, poderá haver segurança e paz” (CNBB, 2008, p.107 - n 240). Entende-se ainda que “a paz e a segurança, mais do que discurso ou conjunto de propostas, deve constituir-se em mentalidade que determine o modo de pensar e de agir de todas as pessoas: deve ser expressão de uma cultura” (Ibidem. p 108 - n 242).

Há uma relação estreita entre a cultura da violência e o exercício do poder assim:

As relações sociais que constroem e estruturam o pensamento social, que o mantém ou o transformam [...] que são permeados por relações de poder que se instalam nas relações de classe, gênero, etnia e cultura, entre as diversas categorias e grupos sociais [...] inter e intragrupos, as assimetrias de poder constituem-se em fonte permanente de tensão e conflitos sociais e interpessoais (ALMEIDA, 2006, p. 9).

Em uma cultura violenta, atos violentos são impostos para a resolução dos conflitos. Tal constatação leva-nos a entender que a educação para uma cultura da paz deve ser buscada pela sociedade com devida urgência. À educação está posto o desafio de desenvolver na prática a cultura para a paz. É verdade que a violência sempre foi uma realidade desde que o homem se entende como homem, e a história o tem registrado. Para Odalia (1983, p. 12), “sobreviver aí é sofrer e produzir violência”. E, ainda, “o viver em sociedade foi sempre um viver violento. Por mais que recuemos no tempo, a violência está sempre presente, ela sempre aparece em suas várias faces” (Ibidem. p. 13).

Desta inferência, outra postura deve orientar as relações entre os indivíduos na sociedade. Em sua campanha pela fraternidade, a CNBB enfatizou a necessidade de promover a cultura da não violência, afirmando:

A não-violência é um dos meios mais importantes à disposição de todos para quebrar a cultura da guerra, da vingança e do ódio, substituindo-a pela tolerância, pelo diálogo e pela misericórdia como caminho para superação de todas as formas de conflitos (CNBB, 2008, p.111 - n 251).

Embora a ética da não violência seja considerada antiga por Bobbio (2003), vale enfatizar que:

As técnicas para torná-la eficaz, para fazer da não-violência uma atitude própria não só de uma ética da intenção, mas também de uma ética da

responsabilidade, são recentes, tão recentes que ainda não nos é dado conhecer seus possíveis desenvolvimentos [...] é um caminho aberto em direção ao futuro (BOBBIO, 2003, p. 100).

Como foi sugerida anteriormente, a cultura da paz é uma questão aberta, exige dedicado aprofundamento para haurir daí possíveis propostas e definir caminhos para sua aplicação. Bobbio (2003) entendeu a paz como ausência de conflito e oposição à guerra. Neste trabalho, preferiu-se completar tal definição com a ideia de estado de espírito, de harmonia social, política, portanto, no seu aspecto coletivo e no nível do indivíduo.

Entendeu-se, também, a violência como “uso da força física, intencionalidade dirigida para o efeito desejado por parte do sujeito ativo” e “não consentida por parte do sujeito passivo” (BOBBIO, 2003, p. 143). Deve-se ainda, considerar outros aspectos relacionados à violência da cultura e fundamentais para a construção da cultura da paz como: o psicológico, antropológico, filosófico, sociológico, ético e moral.

2. O ESTADO MODERNO SOB A INFLUÊNCIA DO SISTEMA ECONÔMICO CAPITALISTA

2.1 O Estado em Tempo de Transformações

Nesta altura do trabalho se faz necessária uma reflexão para apresentar alguns elementos concernentes à reforma do Estado imposta pela crise do capitalismo Norte Americano e Europeu. Analisar-se-á, também, a participação da sociedade civil no processo de reestruturação do pensamento sobre o Estado e o seu papel diante da sociedade, além de aprofundar alguns aspectos da história e sua relação com o presente, do surgimento do capitalismo às transformações por ele sofridas. E, conseqüentemente, as estratégias e influências do neoliberalismo sobre o Estado brasileiro.

Freire (2000) sugeriu uma ética universal do ser humano para a superação da perversa ética do mercado e do lucro. Entendeu que o império mercado estabeleceu o lucro sem limites como seu objetivo. Portanto, a ética do ser humano é um imperativo para uma revolução na cultura política, social e econômica. E, também o conseqüente respeito à Constituição, nela é que se propõe o respeito aos direitos dos cidadãos sem distinção de cor, credo, classe social e a garantia de vida.

Nesse contexto da reflexão considera-se a cultura como ponto importante da análise, em primeiro lugar, porque a cultura de um povo é determinada por uma realidade de múltiplos fatores: geográfica, política, econômica, educação, etnia entre outros. Assim entendido pode-se dizer que ela se constitui dentro de uma complexidade histórica. Para melhor entender esta ideia remete-se ao momento em que se deu a ascensão da burguesia e da expansão comercial a partir do século XVI, quando se foi determinando e definindo as configurações geopolíticas do que hoje entendemos como Estado-Nação, e conforme se percebe, vem tornando-se cada vez mais desinteressante e inoperante para o modo de produção capitalista.

Nas últimas décadas do século XX, uma investida para remodelar o Estado, segundo os interesses dos que dominam o mercado se deu com o

neoliberalismo. Este tem sua origem no liberalismo do século XVIII. Surgiu como uma tentativa de superação do Estado. Caracteriza-se pela sacralização do mercado, não intervenção do Estado, privatização e autonomia das leis da economia.

Um Estado forte, de considerada Unidade Nacional e Soberano representa uma ameaça aos interesses exclusivistas do capitalismo que se pretende global, sobretudo, depois do avanço ocorrido na área da tecnologia, especialmente da informática e da comunicação. A partir de então se percebeu instalada uma cultura da massificação, uma democracia mascarada, e nela, a liberdade é apenas um processo formal.

O neoliberalismo embora se apresente com roupagem democrática no fundo é extremamente autoritário e antidemocrático. Para impor-se tem desrespeitado os direitos fundamentais da grande maioria. Os povos foram conduzidos a uma interdependência cada vez maior e a uma complexidade paradoxal das relações humanas. Nesse sentido afirma-se:

Entramos na 'era planetária' no século XVI, mas estamos sempre na 'idade do ferro planetário'. Interações e interdependências formam um tecido cada vez mais estreito entre todos os constituintes do planeta [...] conhecemos ainda muito mal o que é o homem e o que é a sociedade. (PETRAGLIA et al., 2003, p. 163-164).

Como se observou anteriormente, o neoliberalismo pretendeu um Estado garantidor das leis do mercado. Propôs um Estado mínimo controlador para fazer cumprir as leis estabelecidas pelo próprio mercado. Atualmente já se fazem sentir os resultados deste modelo, que de certa forma foi implantado nas décadas de 80 e 90 pela força e submissão das elites dos países, especialmente na América Latina.

Ao refletir sobre tal processo, Libanio (1995) faz constatar que o neoliberalismo já vem mostrando os frutos negativos na América Latina e, também na Europa. É, sobretudo, contrastante e escandaloso o acentuado empobrecimento de uma grande maioria e o enriquecimento de alguns grupos. Em outras palavras, permitiu que um pequeno grupo acumulasse grandes riquezas, enquanto a maioria do povo fosse mergulhada na pobreza, e outro grupo significativo na miséria.

Iriarte (1995), ao analisar a evolução da desigualdade social de 1985 a 1990, na América Latina constatou que havia uma população de 370 milhões dos

quais 152 milhões eram pobres, um percentual de 41%, e, em 1990 o número passou a 426 milhões, sendo 196 milhões pessoas mergulhadas na pobreza, o que representou um percentual de 46%. Em um período de apenas cinco anos constatou-se o aumento percentual de 5%. Dos 46% pobres, 22% viviam na miséria absoluta.

Desta realidade, pode-se inferir que no Brasil a proposta neoliberal já encontrou de certo modo um Estado privatizado, pois o Estado “sempre foi usado pelas classes dominantes para alcançar seus interesses. A privatização significa a simples mudança do sujeito que se apropria do Estado; a saber, para as mãos de oligopólios transnacionais” (LIBANIO, 1995, p.35). Deste processo resultou o atraso nas mudanças que favoreceriam a implantação da verdadeira democracia no país.

Uma Nação democrática favorece o amadurecimento dos cidadãos, enquanto participantes ativos na construção de uma sociedade mais justa. No entanto, favoreceu a continuidade de grupos retrógrados das velhas e resistentes oligarquias no comando do Estado, apesar de se apoiarem muitas vezes em seus discursos no “slogan” da modernização.

Por outro lado, as ciências, colocadas a serviço dos interesses corporativistas, são instrumentalizadas na perspectiva de justificar e manter a sua hegemonia, bem como a eficiência da ideologia do modelo de produção capitalista que tem como objetivo primeiro o lucro e a expansão de seu domínio. Para ilustrar nossa inferência, recorreremos ao fato da manipulação genética dos grãos para serem adaptados ao tipo de agrotóxicos produzidos pela empresa financiadora de tais pesquisas, e com isto, garante-se a venda de tais produtos com as sementes transgênicas.

Em nossa época, afirmou Petraglia et al. (2003, p. 35) “o dinheiro intervém cada vez mais na ciência. Muitas atividades científicas correm o risco de serem seduzidas e mesmo corrompidas eticamente [...] um problema global de nossa civilização contemporânea”.

O capitalismo é um sistema que se adapta à realidade e às mudanças da sociedade, e agora mais do que nunca, devido às mudanças climáticas e ambientais do planeta, provocadas por sua própria interferência, esforça-se em busca de meios para continuar explorando economicamente o próprio Estado. Vem adaptando-se a setores da sociedade, e propondo-se como alternativa aos serviços públicos estatais. Pois já é consenso que aos recursos naturais do planeta não

podem mais recorrer como garantia de sua subsistência, pois já estão se tornando escassos.

Por outro lado, está se desenvolvendo cada vez mais a cultura da competitividade. Petraglia et al. (2003) entende que este processo está contribuindo para desenvolver uma sociedade individualista e de degenerada solidariedade. A escola reproduz a ideologia dominante, por isso se entende que a escola pública, obrigatória e gratuita surge, justamente com o advento do capitalismo:

[...] para dar às massas os saberes necessários para que elas se adequem ao novo mercado de trabalho [...] para formar sujeitos passivos, desmobilizados, que não vejam possibilidade de revolução e que acreditem que sua condição social é naturalmente determinada (ANJOS, 2000, p. 85).

Sua constatação está de acordo com Petraglia et al. (2003), pois também ele ao analisar a sociedade entendeu que o que há é a formação de uma sociedade individualista e sem solidariedade em relação à situação das outras pessoas, principalmente quando vítimas da ação predatória e excludente do sistema capitalista. No entender de Anjos (2000, p. 86) “a finalidade da educação” não é formar um cidadão crítico, mas “instrumentalizá-lo” para que possa atender as necessidades do modo de produção capitalista.

Muito se tem refletido atualmente sobre o papel do Estado e há uma preocupação dos neoliberais para a adaptação do Estado às leis do mercado. Contudo, o seu principal papel é o de garantir o bom funcionamento da democracia, do direito e da justiça. No Preâmbulo da Constituição Brasileira de 1988 os Constituintes afirmaram:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (Preâmbulo). (BRASIL, 1988).

De outro ponto de vista, o que é urgente mudar não é concepção de Estado-Nação. Obviamente não se descarta com esta afirmação a necessidade de um debate que resulte numa ação para a construção de um Estado cada vez mais democrático e participativo. Ao sistema capitalista é importante propor mudanças,

pois é um sistema que degrada as relações humanas e o meio ambiente. Como já se acenou acima o aquecimento acelerado da temperatura no globo terrestre, a poluição dos rios e dos mares, o desmatamento e a degradação das condições de vida do próprio ser humano, do empobrecimento degradante de grande parcela da população no mundo, se dão graças à ação deste modelo predador. A vida humana, bem como a de outros seres vivos está ameaçada.

Deve-se, portanto, provocar a sociedade para refletir e aprofundar a discussão sobre o tipo de modelo econômico que se quer e se possível propor um modelo alternativo a este para o bem da vida no planeta.

No passado, entendeu-se que “o agente da reforma ou da mudança foi sempre uma elite oligárquica de caráter aristocrático e religioso, que assumia o controle do Estado e se impunha ao resto da sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 68), contudo, esta dinâmica vem mudando. No século XX, diante das transformações nas sociedades surgiram regimes de governos que se instalaram, representando os interesses de alguns grupos. Entre os mais significativos estiveram os regimes totalitários alemão, soviético, italiano e as ditaduras na América Latina. Para o bem da humanidade, todos caíram.

Diante desse quadro foi se firmando o conceito de sociedade civil e esta por sua vez assumiu o papel de agente de transformação da história. Cabe lembrar-se da Ação Católica iniciada na Itália e espalhada rapidamente pelo mundo todo. No Brasil, se instalou a partir de 1933. Teve papel político e cultural importante, colaborou, entre outras coisas com a renovação intelectual, o surgimento de novas Universidades e de dezenas de centros especializados, sindicatos, organização de jovens trabalhadores e estudantes como a JOC (Juventude Operária Católica), a JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JUC (Juventude Universitária Católica), e de certo modo serviu de bases para a organização das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) em várias Dioceses, inicialmente na zona rural e em seguida nas paróquias urbanas.

Foram movimentos da sociedade civil que contribuíram com as mudanças sociais, políticas, artísticas, educacionais do país principalmente a partir da década de 60, quando o Estado passava por transformações profundas no que se diz respeito à ação dos atores sociais. Embora o regime da ditadura tenha intensificado sua prática repressora, não fez o movimento pró-democracia iniciado pela sociedade retroceder. A abertura política, apesar da resistência das oligarquias

conservadoras se concretizou e a democracia ganhou novo impulso, favorecendo a organização da sociedade civil.

A sociedade civil organizada tem poder de transformar a realidade política, econômica e cultural de um país. Tem papel político de grande importância. Ela é a forma “através da qual a sociedade se estrutura politicamente para influenciar a ação do Estado” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 69).

O conceito Estado refere-se ao regime político. É utilizado para designar o aparelho administrativo e o sistema constitucional-legal que organiza ou regula a sociedade. Por outro lado, o mercado que tem proporção mundial é que se tem imposto para regular as leis que o permite e o próprio Estado em função dele.

Segundo Salomón (2009) a solidez da sociedade civil, intermediária entre sociedade e Estado é ator social concreto que podem refletir e agir em torno de temas diversos como a economia, cultura, reivindicações sociais, religião, esporte, produção, conhecimento, entre outros. Tal solidez está exatamente na sua diversidade e em sua característica essencial que é sua independência do Estado. Move-se no âmbito civil e não do estatal. Deste modo, “as pessoas que pertencem às diferentes organizações sociais têm unicamente o poder de influir na tomada de decisões, poder que até agora tinha sido pouco exercido”. Possui também independência em relação aos partidos políticos que por sua vez “ocupam uma posição intermediária entre o Estado e a sociedade civil” (SALOMÓN, 2009, p 23).

Sugere também como premissa básica da sociedade civil a cidadania. E entende cidadania como consciência de direitos e obrigações. Esta cidadania implica a existência de vínculo entre as pessoas na sociedade, que as ligue entre si, que as leva a seguir regras comuns que favoreçam a convivência e o direito de todos na sociedade. Deste modo, conserva-se certo caráter religioso ao se constituir como cidadão, remontando a origem do termo do antigo mundo grego, no qual as pessoas pertencentes à família ou à tribo prestavam juramento de fidelidade aos deuses diante do altar a eles dedicados. Segundo tal entendimento ser cidadão é:

Viver em grupos sociais [...] de modo respeitoso [...] na família, nos grupos de trabalho e de lazer, na cidade pequena e na grande sociedade [...] a cidadania implica um processo: a paixão se submete à razão; a razão e os interesses individuais se submetem à razão pública e aos interesses coletivos. (LIBANIO, 1995, p. 19).

Desta inferência deduz-se que a cidadania é atitude fundamental para a práxis da sociedade civil. É o que motiva sua ação para cobrar do Estado coerência no cumprimento do seu papel. A ela se impõe pela prática a autoavaliação e a elaboração de novas estratégias de ação para não perder espaço na conquista de direitos e do próprio exercício de seus deveres enquanto sociedade organizada. O interesse coletivo está acima de tudo.

A sociedade civil encontra e desenvolve sua missão na ação política, contribui com a conscientização dos cidadãos de tal modo que eles exerçam sua cidadania promovendo um Estado democrático que se desempenha em cumprir seu verdadeiro papel, que, entre outras coisas é o de defender os mais fracos e dar encaminhamento a reformas fundamentais em benefício da coletividade.

A sociedade civil é o espaço privilegiado para o exercício da cidadania no sentido de ir moldando o Estado e possivelmente o mercado. Para o exercício da cidadania é que se definiram as finalidades da educação para o ensino médio no artigo 35 da LDB – Lei nº 9.394/96 – Entre elas o aprimoramento do educando como pessoa humana, na sua formação ética e no desenvolvimento de sua autonomia intelectual, do pensamento crítico; além de sua preparação para o trabalho e da continuidade no seu processo de aprendizado (BRASIL, 1996).

A sociedade é quem deve decidir o modelo de Estado que se quer e não o sistema que privilegia o interesse de alguns grupos em detrimento da coletividade. A escola pública, sob a responsabilidade do Estado deve, entre outras coisas, proporcionar uma educação que leve os indivíduos a este engajamento. Esta inferência leva a crer que a tomada de consciência sobre esta contradição da sociedade é que será possível construir uma nova sociedade, pois “a prática da cidadania só adquire sentido se no seu horizonte estiver os direitos de todos, a igualdade perante a lei, a defesa do bem comum” (LIBANIO, 1995, p. 116).

Por outro lado, a consciência cidadã no Brasil tem sido tratada como assunto de polícia. Desde o período da ditadura qualquer pessoa que agisse no sentido de questionar a ordem vigente era capturada, tratado como contraventor da lei e da ordem, violentado e em muitos casos, morto pela própria polícia. Nos últimos anos, embora o período da ditadura tenha ficado para trás, os grupos hegemônicos que interferem na política do Estado continuam pressionando-o a agir pela força policial.

Desta realidade afirmou-se:

A intenção percebida é de aprovação de leis controladoras que limitem a atuação da sociedade civil [...] Crê-se que a convivência cidadã é assunto policial e que a participação cidadã deve canalizar-se exclusivamente nas instituições oficiais cheias de representantes autênticos ou enganosos ou por federações de ONGs que se encarreguem de manejar institucionalmente a relação Estado/sociedade civil (SALOMÓN, 2009, p. 31).

Seguindo esta lógica social que há muito tem levado a população ao sofrimento por consequência do domínio de alguns grupos sobre o Estado, pode ser que se torne realidade legitimada por Leis aprovadas segundo os interesses de tais grupos. E com isso setores da sociedade civil, que de certa forma hoje são marginais conforme a compreensão que se tem dela estaria fadada ao desaparecimento ou a resistirem heroicamente levando o Estado a impor a violência para subjugar-los. Seria o caso, para melhor entender dos movimentos por melhores salários, por terra, por moradia entre outros.

A sociedade civil muito tem avançado, mas falta ainda percorrer um longo caminho para devolver aos cidadãos a consciência cidadã do engajamento para uma nova sociedade, principalmente os funcionários públicos e os políticos do país.

Além de considerar estas questões do poder em nível nacional é fundamental entender que há uma relação com as tendências internacionais. O Banco Mundial é um dos instrumentos utilizados para ditar as regras nos países subdesenvolvidos e em via de desenvolvimento. Somente a partir da década de 70, quando o Banco sente a necessidade de investimentos para resolver os problemas sociais destes países para que não se voltem contra as potências capitalistas, é que passa a desempenhar papel de articulador político.

Para a efetivação desse papel, o Banco Mundial e o FMI passaram a atuar como força conjunta para a articulação das reformas dos Estados-membros rumo à globalização da econômica. Embora ambos desempenhem papel de articulador, cada um tem suas especificidades em termos de investimentos, “ao FMI cabe a concessão de empréstimos de curto prazo para questões macroeconômicas, a fixação de códigos de conduta política para os países credores e a definição de pré-condições para os créditos do Banco” (FONSECA, 1998, p. 2). E ao Banco

Mundial ou BIRD cabe “financiamento a longo prazo e de assistência técnica para projetos econômicos e sociais específicos” (Ibidem).

As pré-condições são determinantes para programar as políticas públicas, pois são impostas para garantir a participação destas duas agências como coordenadores do processo global de desenvolvimento. Nesse sentido funciona, principalmente, como órgão político central. Na década de 70 acreditava-se que a solução não estava necessariamente no crescimento do país, mas no aumento da produtividade dos pobres.

A responsabilização fora transferida do âmbito do Estado para os indivíduos, investiu-se, então na diminuição da pobreza, fazendo aumentar a capacidade produtiva dos pobres. Aos que foram possíveis deram formação técnica para atender a demanda do mercado. Disto conclui-se que a inclusão da educação, da saúde e o desenvolvimento nos créditos do Banco se justificam no fato de garantir aos mais pobres os serviços básicos de saúde, educação e nutrição, pois são requisitos essenciais para o aumento da produtividade.

No processo é elaborado o discurso da equidade, embora, como se afirma: “não garante a igualdade dos padrões de desenvolvimento, mas assegura um mínimo necessário para que os países possam inserir-se racionalmente no modelo global, sem ameaçar o equilíbrio do sistema” (FONSECA, 1998, p. 7), pode-se considerar que as relações internacionais exercem influência direta sobre a realidade nacional, e o mercado tem sido cada vez mais determinante neste processo.

2.2 As Consequências Sociais de um Estado Neoliberal

Embora já tenhamos dito que a sociedade é profundamente manipulada segundo os interesses hegemônicos, cremos importante voltar ao tema e aprofundá-lo a partir do que fora proposto pelos pensadores neoliberais quando se afirmou que o Estado é quem entrou em crise e desta forma se impôs a falsa ideia de que o capitalismo não é o responsável por ela. Na verdade há no capitalismo uma crise estrutural.

Este modo de produção como já se refletiu não se sustenta mais. Por isso, a estratégia adotada pelo neoliberalismo foi a de reformar o Estado e diminuir sua atuação diante das políticas sociais e com isso fazer dele um parceiro para superar a crise do capital. Entendido desta forma, a crise é do capitalismo, cabe à sociedade civil uma intervenção para que esta interferência do mercado não determine os rumos do Estado em detrimento da grande maioria.

Já é consenso que as “estratégias de superação da crise como o Neoliberalismo, a Globalização, a Reestruturação Produtiva e a Terceira Via é que estão redefinindo o papel do Estado” (PERONI, 2010, p. 2). A sociedade civil que de certa forma não fora contada nesse processo, acabou por ser reduzida às organizações empresariais. Os grupos organizados, que formam realmente o que se entende por sociedade civil são calados como se todos os cidadãos tivessem os mesmos interesses em uma sociedade capitalista de classes.

Ao refletir sobre esta situação econômica do povo brasileiro, em documento a CNBB² (1998) aponta as principais mudanças produzidas pelo processo de reestruturação do capitalismo no período 1980 a 1990, afirma:

Os brasileiros, em 1991, são – em média – mais pobres que em 1980; a renda per capita é cerca de 5% inferior à de dez anos antes [...] a situação melhorou para os ricos e piorou para os pobres [...] 1% dos brasileiros mais ricos em 1990 detinham 13,9% da renda nacional [...], enquanto os 50% mais pobres só dispunham de 12,1% [...] a renda média brasileira por pessoa era de 2.885 dólares em 1990, mas o 1% mais rico tinha uma renda anual de 40.100 dólares e os 50% mais pobres, uma renda anual inferior a 700 dólares (ou 58 dólares por mês) [...] dos 29,5 milhões de pobres de 1980 (24,8% da população) se passa aos 39,2 milhões de 1990 (27% da população) (CNBB, 1998, p. 23-24).

Na mesma direção, Barros et al. (2000), apresenta o seguinte resultado da análise sobre a situação do Brasil entre o período de 1977 a 1998: a concentração de renda correspondente aos 20% mais ricos da população está em média entre 24 e 34 vezes superior à dos 20% mais pobres. Da mesma forma comparada o percentual dos 10% mais ricos entre os 40% mais pobres a renda média oscila entre 22 e 31 vezes acima da renda dos mais pobres. Vive-se no Brasil uma perversa simetria social. Segundo Betto³, entre 2001 e 2008, a renda dos 10%

² CNBB – Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil: documento de estudos nº 76

³ Frei Betto. Desigualdade social no Brasil. <<http://correiodobrasil.com.br/desigualdade-social-no-brasil/175165>>. Acesso em: 26 mar. 2011.

mais pobres cresceu seis vezes mais que a dos 10% mais ricos. A dos ricos cresceu 11,2%, contudo metade da renda total do Brasil esta em mãos dos 10% mais ricos. Os 50% mais pobres dividem entre si 10% da riqueza nacional. Para ele o país é muito rico, porém, não é justo.

Com o enfraquecimento do Estado-Nação ficou evidenciada a sua crescente dificuldade na regulação da economia, pois se tornou cada vez mais dependente das decisões dos Países desenvolvidos e de centros financeiros internacionais. Da mesma forma, o referido documento de estudo considera que no período de 80 a 90 a crise política desembocou na crise dos governos e dos partidos, especialmente pelo enfraquecimento do Estado, pela perda de poder na regulação econômica e pela corrupção.

A desregulação pregou, sobretudo “a diminuição da intervenção estatal na economia, a privatização das empresas estatais [...] a livre competição, a remoção de barreiras ou proteção alfandegárias” (CNBB, 1998, p. 29). Diante desta proposta os cidadãos foram reduzidos a meros espectadores, o que provavelmente contribuiu para uma crise da sociedade civil e a retroceder nas lutas por melhores condições de vida e por um Estado mais democrático.

Desta crise resultou uma crescente desconfiança sobre as instituições e também o individualismo. A sociedade de acordo com as conclusões da CNBB (1998) sofre com as consequências de um Estado mínimo e se sente responsabilizada, entre outras coisas com o escandaloso empobrecimento da maioria, o crescimento do crime organizado, o tráfico de drogas e o aumento da violência e da criminalidade.

O resultado mais perverso desta crise é a exclusão social, pois antes os empobrecidos eram considerados mão-de-obra reserva, passaram a ser rejeitadas porque desnecessárias e desinteressantes como consumidores ou mão-de-obra, pois são desqualificados para o mercado atual. Além do mais, reforça-se a ideia de que são perigosos para a sociedade, antes de qualquer coisa, considerados criminosos em potencial, isto após tê-los marginalizado. Tal entidade assevera sua posição, quando afirma que a mudança só é possível mediante a mudança ética, política, e também cultural:

É necessário despertar a consciência ética diante dos problemas sociais, percebendo que a existência de milhões de empobrecidos é a negação radical da ordem democrática. Exige-se a busca de uma nova articulação

entre políticas econômicas e políticas sociais para uma justa distribuição de rendas (CNBB, 1998, p. 36).

Neste contexto, os custos pagos pelos seres humanos se materializam na realidade gerada pelo atual modelo econômico, a fome, o desemprego, a desagregação social, a violência, a degradação do meio ambiente, entre outros. É necessária e urgente a promoção de uma cultura que eleve as condições de vida humana a um patamar de dignidade.

O Brasil nas últimas décadas passou por transformações na sua cultura. O povo mostrou em certos momentos grande capacidade de se mobilizar em torno de suas reivindicações, e, em muitos casos saiu vitorioso. O exemplo significativo desta trajetória foi o movimento dos caras pintadas em 1992. O povo foi às ruas para reivindicar o impeachment do então presidente Fernando Affonso Collor de Mello por corrupção.

Também, fato importante e que mudou a relação entre Estados Unidos e Brasil foi a mobilização da sociedade civil contra a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que favorecia em seus termos aos interesses Norte Americanos em detrimento aos do Brasil e dos demais países da América do Sul. Estes são apenas alguns exemplos para ilustrar a capacidade da sociedade civil na participação direta ou indireta na redefinição dos rumos de seu país, e, também do papel do Estado.

No capítulo seguinte analisar-se-á a cultura brasileira desde a sua formação para melhor entender a cultura atual. Nesta perspectiva é que se refletirá sobre a cultura da violência que aqui se estabeleceu. Em primeiro lugar, se considerará o período colonial que compreende os anos de 1492 a 1800; em segundo lugar, das novas dependências ou do novo colonialismo das Américas Central e do Sul, a partir de 1808; das mudanças ocorridas a partir da crise econômica de 1929; do período de 1930 a 1964 e a esperança de uma cultura nacional; e, por fim, do período pós 1964.

3. LIMITAÇÕES DA HISTÓRIA CONSIDERADA NA PERSPECTIVA DA ELITE DOMINANTE

3.1 O Período Colonial que Compreende os Anos de 1492 a 1800

Antes de analisar este período é importante considerar que antes da invasão europeia nas Américas já viviam aqui varias civilizações, povos que já haviam alcançado o pleno desenvolvimento social, organização politica e cultural, povos que deixaram suas marcas que o tempo ainda não desfez.

Considerar este fato significa respeitar a história que a História até então não valorizou. Concorda-se com Miquelin (1995) quando em sua análise afirmou que a História Universal fala muito das civilizações mesopotâmica, egípcia, chinesa, entre outras, e se esquece das civilizações americanas, a exemplo da cultura Tiahuanaco na Bolívia e a de Teotihuacan no México que se desenvolveram entre os anos 300 e 900 da nossa era. Mais tarde, entre os anos 1400 e 1500 o Império Inca no Peru, Azteca no México e o Império Chibcha na Colômbia. Como bem faz entender este autor, estas civilizações exigem um lugar de respeito na História Universal.

Para falar da cultura no Brasil é fundamental considerar esta realidade histórica, pois não esta fora deste contexto. Aliás, cultura e história são duas realidades que não se podem separar, pois história é cultura e cultura é história. A cultura latina americana, além do legado herdado das civilizações pré-colombianas, também se formou graças à contribuição do povo africano, que embora tenham sido arrancados violentamente de suas culturas de origem, aqui deixou suas marcas. A cultura cristã europeia que apesar de ter invadido este continente de modo violento, não deixou igualmente de dar sua contribuição para a formação da cultura brasileira.

Todos estes povos moldaram e continuarão moldando, pois são agora partes integrantes desta cultura. Deve-se a eles o que somos hoje. Ao analisar o comportamento dos colonizadores entende-se que a violência da cultura no Brasil tem aí suas bases históricas, sobretudo se considerado o tipo de mentalidade dos colonizadores quando aqui aportaram. Eram povos guerreiros em busca de

aventuras e de conquistas. Foram formados enquanto guerreiros, principalmente no período de luta e reconquista da Península Ibérica.

Portugal e Espanha foram dominados pelos muçulmanos desde o ano 711 de nossa era. Conseguiram expulsá-los somente em 1492, ano do descobrimento da América. Espanhóis e Portugueses vieram para o Continente recém-descoberto, trazendo as marcas das lutas pela reconquista de seu país. Isto no nosso entender o constituiu como povo desbravador e conquistador.

Mais tarde, quando iniciada a colonização a economia já estava determinada pelo comércio internacional do período. Era a fase da transição do Feudalismo para o Capitalismo, o comércio era o pilar do acúmulo de capital. O processo de colonização se dava para impedir a perda da terra. O progresso das Capitânicas Hereditárias se dava, não obstante, a resistência dos índios que procuravam defender sua terra e sua gente, o que levou Dom João III (rei português de 1502 a 1557) a criar o Governo Geral. Nomeou Tomé de Souza como primeiro governador. A ele cabia, além de organizar as Capitânicas, combater as tribos que se rebelavam.

As colônias eram organizadas como complementares à economia das metrópoles europeias, os gêneros tropicais nela produzidos eram destinados a atender as necessidades do mercado externo, como disse Alencar et al. (1996, p. 27) a respeito das colônias de exploração: “deviam existir essencialmente para atender às necessidades empresariais e mercantilistas da sua metrópole”. Decorrente deste modelo, principalmente nas Américas espanhola e portuguesa desenvolveu-se um tipo de sociedade com características marcantes de exclusão social.

Sua estrutura baseada nas grandes propriedades agroexportadoras, no trabalho escravo e na monocultura daria origem:

A uma sociedade de senhores, de um lado, e de escravos e homens livres pobres, de outro lado; a uma sociedade onde riqueza do colono branco-europeu, do crioulo (filho de espanhóis) ou do mazombo (filho de português) contrastava com a extrema miséria das populações a ele submetidas, nativas ou africanas (ALENCAR et al., 1996, p. 28).

Ao que se pôde observar ao longo do colonialismo, a escravidão era duplamente lucrativa, pois circulava ao nível da mercadoria humana e ao nível da

produção. A burguesia enriquecia-se a custa dos pobres escravizados e dos assalariados especializados.

O Brasil vivia neste momento a dependência do Estado Absolutista que servia aos interesses da Nobreza e da Burguesia Mercantilista portuguesa. A metrópole mantinha o controle da produção por meio dos proprietários de terras e de escravos, donos de grandes latifúndios e responsáveis pelo cultivo da monocultura, num primeiro momento a cana de açúcar, em seguida café e concomitantemente, a pecuária. A metrópole mantinha também o controle da educação, pois no seu entender qualquer tentativa de constituir um sistema educacional na colônia denotava iniciativas que vislumbravam independência cultural e política da colônia.

Neste sentido, a educação inicial tinha como objetivo da Coroa Portuguesa cristianizar os índios e difundir entre eles os padrões da cultura europeia cristã. Sobre esta realidade comenta-se:

A atuação sobre os meninos indígenas era [...] um meio eficaz de preparar as novas gerações de aliados [...] também de influência indireta sobre os indígenas adultos [...] impossível oferecer instrução a todos [...] eram escolhidos os filhos dos caciques para serem educados (PAIVA, 1987, p. 56).

Foi neste período que o racismo entra no Brasil vindo da Europa mercantilista. O imperialismo europeu em seu intento expansionista justificava sua crueldade em terras alheias pelo argumento da “raça superior”. Lá chegando exploravam sua matéria prima e o trabalho escravo. Acumulavam capitais para fortalecer-se militarmente e garantir a expansão imperial e a conquistas de novas terras. Mais tarde, Gobineau, francês amigo íntimo de D. Pedro II e que viveu no Brasil em 1869 e 1870 justificava sua teoria numa espécie de darwinismo social, desprezava as culturas que não tinham as mesmas características da cultura europeia, das grandes cidades, como é o caso da cultura indígena e também das tribos africanas que viviam em contato direto com a natureza e que dali tirava seu sustento. Sua principal obra foi publicada em 1853 como: Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas.

Pode-se dizer que a cultura que se desenvolveu no período colonial, marca ainda hoje as relações na sociedade entre as pessoas, grupos, ou etnias. Na escola se vê reproduzida a educação que os filhos herdaram de seus pais, que por

sua vez herdaram de seus antepassados. Não dá pra falar da cultura brasileira sem considerar os elementos que a constituíram.

Pode-se também inferir que aos nativos desta terra recaiu o castigo da ira dos deuses da ganância e, os negros para cá trazidos entraram na sociedade como cultura dominada e esmagada. E ainda hoje “as marcas da escravidão persistem no disfarçado preconceito racial e na situação miserável da maioria dos negros em nossa sociedade” (ALENCAR et al., 1996, p. 33).

Como se afirmou anteriormente, não se pode levar em conta uma análise sobre a cultura e a história brasileira se não houver uma mudança metodológica: é preciso ver e contar a história a partir dos homens e mulheres sofridos que fizeram a história, que promoveram com o seu suor e sangue derramados o progresso que ainda hoje apenas uma pequena minoria desfruta.

Nesta análise foi abordado o período colonial que compreende os anos de 1492 a 1800. E pôde-se perceber que as culturas nativas, não só do Brasil, mas de toda a América e Africana foram brutalmente violentadas pelos gananciosos europeus. Neste segundo momento analisar-se-á a cultura no período das novas dependências ou do novo colonialismo das Américas a partir de 1808.

3.2 A Cultura no Período das Novas Dependências ou do Novo Colonialismo a partir de 1808

No item anterior considerou-se que antes da invasão europeia, nas Américas já existia povos: social, política e culturalmente bem desenvolvidos, por outro lado, não se considerou a dominação do ponto de vista da cristandade, pois seus interesses se justificavam dentro de uma mentalidade expansionista e de dominações sobre outros povos, sobretudo de sua cristianização para torna-los dóceis ou faze-los submissos aos soberanos das potencias de então.

Neste período, qualquer ato de contestação dos negros, índios ou empobrecidos brancos que aqui viviam era considerado ato de rebeldia e era duramente reprimido. Sobre esta fato comentou-se:

As justas reações contra a violência dessa ordem opressora eram punidas com torturas variadas: os rebeldes eram colocados no tronco ou no viramundo, pequeno instrumento de ferro que prendia pés e mãos do escravo; ou açoitados com o bacalhau, chicote de couro cru, tendo depois os seus ferimentos salgados. Casos considerados mais graves eram punidos com a castração, a amputação de seios, a quebra de dentes – a martelo – e o emparedamento vivo (ALENCAR et al., 1996, p. 33).

Alencar et al. (1996) constatou ainda que os que conseguiam fugir dessa violência eram considerados pela Igreja católica indignos da graça de Deus. Segundo ele, o próprio padre Vieira afirmou que ser rebelde e cativo era estar em pecado permanente.

A própria hierarquia da Igreja em Roma, diante das lutas pela independência sempre tomou posição contrária aos revolucionários, possivelmente por medo de um novo cisma, a exemplo do que aconteceu na Idade Média entre a Igreja de Roma e a Igreja de Constantinopla, e no mesmo período da descoberta das Américas, a revolta dos que protestavam contra a opulência da Igreja e seu enriquecimento injustificado. Contestações que deram origem às várias denominações religiosas protestantes, principalmente o luteranismo, anglicanismo e calvinismo. Este fantasma nunca se apartou da Cúria Romana. Além da histórica aliança Igreja e Estado.

Qualquer ato de rebeldia ao absolutismo cristão era inadmissível. A aliança estabelecida com os reis absolutistas forçava o Papa a condenar as lutas pela Independência das colônias, a exemplo do que fez o Papa Pio VII através da Encíclica Etsi Longissimo, de 30 de janeiro de 1816. Aos 24 de setembro de 1824, o Papa Leão XII também condena a independência das nações latino-americanas e exige obediência ao rei da Espanha e de Portugal. Esta aliança poderosa entre Igreja e os Reis ou Estado foram determinantes na configuração de uma cultura de violência. As conquistas se deram e se conservaram por força da cruz e da espada.

A Igreja acabou refém do poder político que muitas vezes interferia diretamente em assuntos que não era de sua competência sem mesmo consultar o Papa; o governo propunha a Reforma da Igreja e das Ordens Religiosas. Segundo Miquelin (1995, p. 26) neste momento, por volta da segunda metade do século XVIII, “fortalece-se o Episcopado Realista (Bispos que obedecem antes ao rei que ao Papa) contra os religiosos (que em geral obedeciam antes ao Papa que ao Rei)”.

Por outro lado, não se pode negar a resistência que se constituiu a partir da Igreja nas colônias portuguesa ou espanhola. Ela, por meio de seus líderes

religiosos, não obstante à oposição romana, foram responsáveis pelas lutas que aqui se desenvolveram, principalmente com o envolvimento do baixo clero, lideranças indígenas, negros e brancos empobrecidos.

No caso Brasil, a emancipação se deu de outra forma. Rapidamente D. Pedro I e a elite agrária aos 7 de setembro de 1822 proclamou a independência do Brasil e continuou no poder. Deste fato faz entender que não passou de uma estratégia para mudar o cenário político que já vinha ocorrendo na colônia: revoltas por causa da exploração que aqui se desenvolvia sob o comando da Corte na exploração de metais preciosos e dos trabalhos forçados nas fazendas. Diante de tais ameaças concluiu-se: façamos nós a independência e não eles, os rebeldes.

Embora a Proclamação da Independência tenha se dado, não representou de imediato a mudança na organização política, econômica e social no país. Em relação às questões sociais havia o descaso por parte do Estado. A seca no Nordeste, por exemplo, foi um fato importante que revelou este descaso e a ausência do Estado. Entre 1877 e 1879 a seca matou cerca de 300 mil pessoas.

Segundo Figueira (2005), a população totalmente abandonada pelo governo procurava refúgio em lideranças de movimentos messiânicos. Um dos primeiros movimentos e mais importantes foi o de Antônio Conselheiro a partir de 1874 no norte da Bahia. Fundou em uma fazenda abandonada em Canudos o que chamou Arraial de Belo Monte. No lugar os pobres do sertão encontravam solidariedade, conforto espiritual, abrigo e trabalho. Era uma verdadeira alternativa de vida para as vítimas das injustiças sociais. Nesta comunidade que abrigava aproximadamente 16 mil pessoas os moradores escapavam dos cruéis coronéis, da servidão das fazendas, da miséria desamparada e do menosprezo da Igreja.

A oligarquia da recém-fundada República, num conluio entre fazendeiros, governo local e federal fizeram várias investidas contra o movimento de Canudos até que em outubro de 1897 com o envio de 5 mil soldados apoiados por dezessete canhões conseguiram violentamente destruir por completo o Arraial e exterminar quase todos os seus habitantes, poucos sobreviveram, o líder Antônio Conselheiro foi morto.

No panorama político internacional do século XIX, a América Latina foi marcada pela emancipação em relação à Espanha e Portugal, o que, no entanto, não representou autonomia absoluta, instalou-se uma situação de neocolonialismo inglês. A Inglaterra foi neste período uma potência Industrial e econômica, somente

perde esta posição passando a segunda potência depois da Primeira Grande Guerra mundial. O capital financeiro e industrial invade toda a América. Os liberais se tornam uma classe hegemônica e fundamentalmente dependente do capital externo.

No Brasil a escravidão estava oficialmente extinta e os imigrantes começavam a chegar principalmente pela região sul onde se expandia a monocultura do café. A população dos 9,9 milhões de habitantes num espaço de aproximadamente 30 anos deu um salto para 30,6 milhões até a segunda década do século XX. Outra mudança importante segundo Matos (2003, p. 18) foi o fim da aliança Igreja-Estado, pois “o regime republicano pôs fim à secular aliança Igreja-Estado, introduzindo o princípio do laicismo na ordenação jurídico-política do país”.

Embora em meio a tantas mudanças, nos primeiros séculos do Brasil não se pôde falar de uma cultura nacional. O que havia era um tipo de cultura transmitida oralmente. A cultura nacional começa a se constituir a partir das influências dos vários grupos que aqui já viviam.

Por outro lado, a crise mundial de 1929 e a luta pela hegemonia entre as potências capitalistas enfraquecem a classe liberal importadora e dá impulso a uma nova classe social na América Latina: a burguesia nacional. Esta nova classe, os artesãos e os latifundiários conservadores contribuem para o surgimento do Populismo Latino-americano. Este foi um momento político e cultural muito importante para o Brasil, houve uma renovação intelectual; fundaram-se Universidades; surgiram as organizações sindicais e centros de estudos; desenvolveu-se um novo modelo de desenvolvimentismo que acabou por exigir a vinda de capital e tecnologia estrangeira para o país.

Ao mesmo tempo em que se intensificava o modelo de produção capitalista, que em muito contribuiu para o desenvolvimento de uma verdadeira cultura da violência considerado o desrespeito à cultura local e a violência contra a massa trabalhadora. Promoveu-se a concentração da riqueza e dos meios de produção e o empobrecimento das populações da América Latina e Central.

Embora alguns países tenham conquistado sua independência a partir das lutas populares, pouco se conseguiu no sentido de propor outro modelo de Estado, com exceção da República de Cuba que conquistou sua independência formal dos Estados Unidos em 1902. E, por meio da revolução (conhecida como Revolução Cubana) ocorrida entre 1953 e 1959 depôs o ditador Fulgêncio Batista e instalou no país um novo regime de governo.

Na seção que se segue será analisado o período entre 1930 e 1964 e os embates ideológicos que se constituíram entre os grupos sociais.

3.3 O Período de 1930 a 1964: a Esperança de uma Cultura Nacional

Como já foi sugerida anteriormente, a passagem de uma estrutura colonial para o capitalismo comercial neocolonial e a instituição da república não representaram ruptura profunda na organização política e social do Brasil. Houve uma alteração na forma de governo conforme a própria reorganização das classes dominantes. Com a proclamação da república as elites apenas se mobilizaram conforme seus novos interesses, para os quais a monarquia não era mais necessária, comentou-se:

A classe senhorial, dos proprietários de empresa agroexportadora, e seus aliados clericais e de burocracia civil e militar, retiraram seu apoio à monarquia e participaram da construção republicana, que assumiu feição federativa justamente para fortalecer os núcleos de poder local dessa oligarquia (CASTANHO, 1993, p. 46).

Na década de 30 já se fazia notar no seio da sociedade algo novo, o país iniciava um processo de urbanização e os trabalhadores assalariados, os imigrantes, a nova burguesia industrial e a pequena burguesia heterogênea se organizavam para reivindicar seus direitos.

A crescente composição da população habitante das cidades contribuiu para o estabelecimento de um novo arranjo social, principalmente a partir da crise econômica de 1929, quando o país se viu obrigado a se industrializar. Como consequência surgiu uma categoria sócio-política nomeada proletariado; expande-se a classe média como força política e surge um novo padrão político, a política de massas. Contudo, como asseverou Castanho (1993, p. 48) o “silêncio dos vencidos segue como um clamor surdo nas frinchas da história”. Aos poucos vão surgindo e se fortalecendo os movimentos de contestação ao regime, diversos de orientação socialista, associações, ligas, grêmios e partidos políticos ligados aos trabalhadores assalariados.

No tocante aos embates ideológicos a partir dos 30, setores da sociedade e setores da Igreja simpática à mobilização tornou-se peça fundamental

contra o socialismo e de sua posição se favorece diante do Estado e das oligarquias. Segundo Miquelin (1995), embora na constituição de 1934 tenha sido suprimida a cláusula que garantia certa relação de interdependência Igreja-Estado por meio de subvenções, não significou perdas, pois alguns anos mais tarde, em 1941, o próprio Estado favorece, inclusive financeiramente a implantação da primeira universidade católica no Rio de Janeiro. Além de favorecer o desenvolvimento da organização dos meios operários ligados à Igreja através de Círculos Operários.

Foi um período que favoreceu a cultura da participação cidadã no país. O crescente processo de industrialização e urbanização também contribuiu para desenvolver um clima de mudanças. Na década de 50 intensificaram-se as reivindicações da sociedade por reforma política e também por reforma agrária. Além do clima que se desenvolvia no meio popular, as organizações sociais viam cobrando mudanças em favor das classes trabalhadoras, o que despertou preocupações na classe dominante em relação aos discursos sociais.

A elite dominante privilegiada desde o período colonial, ao que tudo indica acreditava que a classe popular trabalhadora ou a pequena burguesia deve aceitar sua condição passivamente. Contudo, antes de aprofundar esta realidade que culmina na ditadura, faz-se necessário analisar o período que o antecedeu e o favoreceu.

Ao governo de Juscelino Kubitschek (1956-61) coube garantir o desenvolvimento do Estado, da iniciativa privada nacional e do capital estrangeiro. O grande empenho desta gestão foi o Plano de Metas (crescer cinquenta anos em cinco) e em seguida a construção de Brasília, estrategicamente localizada no centro do país. Segundo Castanho (1993) ao Estado coube implantar a infraestrutura, garantir a ordem e a segurança pela criação de um clima de prosperidade, estimular a industrialização, combater a inflação, adequar a política educacional, preservar os valores políticos da liberdade e da democracia, entre outros. Ao empresariado nacional coube a participação neste processo. Ao capital estrangeiro o estímulo a indústria automobilística.

Apesar desta meta, a miséria social cresceu, a resistência das velhas oligarquias que não haviam desaparecido ainda se fazia presente, comentou-se:

Na mesma medida em que as demandas dos setores populares [...] cresciam, a burguesia como classe, temerosa [...] de um desfecho

socialista, - iniciava a denúncia do pacto pluriclassista que era a base da ideologia do nacionalismo desenvolvimentista (CASTANHO, 1993, p. 97).

No entender deste autor, houve uma recomposição do bloco de poder e uma redefinição do papel do Estado na regulação e condução das relações sociais no Brasil em especial a partir de 1964. O já referido temor diante do avanço político das classes populares e das reivindicações dos trabalhadores rurais e o medo de que tudo se desembocasse no socialismo levou a uma intensa mobilização que culminou no golpe militar.

3.4 O Período Pós 1964: um Golpe na Democracia

Como foi possível observar, um determinante no desenvolvimento da cultura brasileira foi a trama que se formou em torno da economia, ou seja, o dinheiro foi o motivo de toda intriga que se desenvolve entre as classes sociais. As elites em busca do lucro foram capazes de manipular o Estado e sua organização política para cimentar sua permanência no poder. O maior exemplo de poder se deu logo após o discurso do presidente Goulart em 13 de março de 1964 quando decretou a nacionalização das refinarias particulares de petróleo e desapropriação das propriedades às margens das ferrovias, rodovias e em zonas de irrigação dos açudes públicos diante de 300 mil trabalhadores, estudantes, grupos de esquerda e de direita.

A reação das classes proprietárias e dos setores conservadores da classe média, setores conservadores da Igreja e do empresariado provocaram a marcha da família com Deus e pela liberdade no dia 19 de março de 1964. A marcha reuniu 500 mil pessoas e se deu da Praça da República até a Praça da Sé em São Paulo. Além do mais, “a eclosão do movimento da classe média conservadora vinha somar-se às conspirações tramadas por grupos de oficiais das Forças Armadas, conferindo-lhes apoio político e social” (ALENCAR et al., 1996, p. 384).

Além do medo da classe média, a influência dos Estados Unidos também foi relevante para o golpe de 64. Até então vinha se construindo uma mudança político-econômica que indicava o nascimento de uma pequena potência entre os países subdesenvolvidos. O Brasil buscava sua independência econômica.

Goulart tentou romper o modelo de dependência, estabelecendo a independência econômica do país, com o golpe “o potencial brasileiro anulava-se em consequência desse modelo dependente. Os resultados do desenvolvimento diluíam-se para compensar a dependência dos investimentos e importações” (CHIAVENATO, 1994, p. 52). A nação perdeu e as elites ganharam.

No plano da política internacional o Brasil foi um dos principais alvos da intervenção norte-americana a fim de fortalecer a posição geopolítica brasileira no Cone Sul, submetido à política internacional dos Estados Unidos. Tal programa emergiu diante das reformas propostas por Goulart, pois irritaram profundamente a Elite dominante brasileira. E, se fortaleceu graças à Doutrina de Segurança Nacional e a fatores econômicos, políticos, sociais e ideológicos.

Durante o governo militar houve exacerbada violência na sociedade e foram cometidos muitos crimes e atentados aos direitos humanos. Desencadeou na sociedade muitas manifestações contrárias a tal prática. Uma das mobilizações se deu em forma de guerrilha, contudo, segundo Chiavenato (1994), a desvantagem dos faziam frente na luta armada era muito grande, a proporção era de 145 soldados para cada guerrilheiro. Sobre o resultado da ação militar, ainda hoje o Exército faz silêncio.

Segundo este autor, a ditadura deixou um saldo de 50 mil pessoas presas segundo registros; 20 mil sofreram tortura, 320 foram mortos, 144 continuam desaparecidos. Ao final do governo Geisel, 10 mil pessoas estava no exílio.

Como foi possível observar, a prática política da ditadura gerou uma situação de desprezo ao povo e a qualquer tipo de oposição; acabam-se os partidos, limita-se o poder do Congresso, impõe-se a tortura. E para justificar a violência policial o próprio desembargador Otávio Gonzaga Júnior, secretário da segurança de São Paulo em 1979 fez o seguinte comentário à Folha de São Paulo:

O brasileiro é um despreparado em termos gerais, todos nós sabemos disso. Este é um país de miseráveis, favelados, ignorantes e analfabetos, e é evidente que todos estes elementos criam dificuldades [...] esse país é um monstro. Com gente ignorante, gente marginal, gente desobediente por todos os lados (CHIAVENATO, 1994, p. 71).

As manipulações ideológicas incutiram na cabeça da população a ideia de que o inimigo estava em toda parte e os que discordavam desse regime eram inimigos e sujeitos a delação. Por outro lado, constatou-se o crescimento econômico

e o crescimento da miséria. A dívida externa saltou de 3,9 bilhões de dólares em 1968 para 12,5 bilhões em 1973. Foi o grande responsável pelas altas na inflação que levou décadas para ser controlada. Em 1981 o IBGE havia registrado que 70% da população não comia o necessário e reconhecia a existência de 71 milhões de subnutridos no Brasil.

A Educação passou por uma reorientação ideológica e adequação ao modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo regime, de postura ideológica laica e modernizadora. Segundo se afirmou:

O Estado pós-64 tem uma concepção instrumentalista da educação, organizada intencionalmente em função do crescimento econômico [...] O conteúdo do ensino é totalmente tecnicado, a organização interna das instituições é definida de fora pela legislação, a vida universitária se reduzindo a um mínimo formal, a educação política da juventude se limitando a um civismo catequético altamente ideologizado e formal [...] O que se quer do sistema educacional é a produtividade, o baixo custo da mão-de-obra numerosa, mas com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente (SEVERINO, 1986, p. 91-92).

Nesta perspectiva, a Ditadura Militar representou também uma violência desmedida à cultura brasileira, foi um retrocesso histórico tendo em vista que a sociedade vinha a passos largos produzindo alternativas ao modelo de dependência econômica e cultural herdada das gerações anteriores.

Diante deste ensejo pode-se inferir que antes de refletir sobre o tema cultura da violência é preciso entender que a conjuntura nacional a permitiu, em outras palavras a possibilitou. Ao analisar a história do Brasil foi possível vislumbrar no seio da classe social dominante o germe da cultura da violência que se foi constituindo ao longo de cinco séculos.

3.5 A Cultura da Violência Analisada na Perspectiva dos Pobres.

Constatou-se anteriormente que o Estado brasileiro sempre esteve refém do mercado e, como consequência gerou uma visão de governo sem povo, mas para as elites economicamente dominantes. Decorrente desta situação instalou-se a cultura da massificação, a democracia mascarada, cuja liberdade não foge ao aspecto puramente formal da lei.

De tal análise, entendeu-se também que a história do Brasil e da formação cultural das Américas não podem mais ser contada somente a partir da perspectiva das elites, mas em grande medida a partir das classes subalternas, dos indígenas, negros ou dos brancos empobrecidos. Disto infere-se a necessidade de uma mudança metodológica de pesquisa e análise. Parafraseando Miquelin (1995, p 12) o tipo de história que se escreve depende da interpretação que o pesquisador dá aos fatos. A partir desta hipótese é que se pretende refletir neste capítulo e, assim analisar a história da cultura brasileira na perspectiva dos pobres.

Para tal abordagem é fundamental despir-se dos pré-conceitos que estão arraigados em relação aos pobres na sociedade desde o período colonial. Desde então, constituiu-se a ótica da elite e obviamente, de muitos na sociedade que acabaram por reproduzir a ideia de que pobreza é sinônimo de vagabundagem, preguiça e de gente perigosa. Entendeu-se que esta classe social sempre foi uma verdadeira ameaça aos privilégios e ao poder das oligarquias e de seu domínio sobre o Estado. A respeito disso comentou-se que desde o Brasil colônia:

As perseguições religiosas e políticas deram o tom da prática autoritária que o Estado português implantou [...] O estigma à mulher, ao negro e ao índio, moldado durante o período colonial, constituiu-se na origem das ideias autoritárias e racistas que vingaram posteriormente. Os atos de violência contra essas parcelas 'inferiorizadas' da população moldaram a sociedade do período colonial (PEDROSO, 2006, p. 15).

Desde cedo a resistência ao autoritarismo do Estado se fez presente, inicialmente por parte dos indígenas, em seguida dos negros e posteriormente pelos movimentos sociais organizados. Os intelectuais foram se destacando no cenário político, social e artístico, principalmente a partir das décadas de 40 e 50.

No campo da pedagogia, surgiu Paulo Freire propondo um modelo de educação libertadora. Sua proposta partiu do pressuposto de que a educação pode ser um instrumento importante para promover mudanças na sociedade, embora tenha servido em grande medida aos interesses das classes dominantes é um meio para a transformação de uma nação. Nestas duas décadas viveu-se certo entusiasmo pela educação, pois se desfrutava de relativa liberdade de ideias.

No governo Kubitschek ouve estímulo à participação dos intelectuais na elaboração teórica do nacionalismo desenvolvimentista. Contudo, a preocupação com o eleitorado foi o que mais contribuiu para a difusão do ensino elementar e de

programas de educação de jovens e adultos. Segundo Paiva (1987) entre 1950 e 1960 o eleitorado havia crescido em quase 50%, o que resultou em mudança no resultado da votação que favoreceu a Jânio Quadros em outubro de 1960 com diferença de 48% dos votos válidos.

No mesmo período constatou-se a grande preocupação da Igreja pela educação das massas. Difundiu-se o pensamento social cristão, que de certo modo contribuiu na formação de políticos católicos e também foi se constituindo em elemento importante para a reflexão teológica a partir da realidade social do povo. Surgiu na América Latina a Teologia da Libertação. Ela torna-se referência na reflexão que se faz na perspectiva do oprimido. Com esta teologia propõe-se uma verdadeira mudança de mentalidade e a produção de conhecimentos, sugere mudança de metodologia. Com ela, a história em dívida com os empobrecidos passa a ser reinterpretada a partir da perspectiva dos oprimidos e explorados, dos vencidos e dominados.

Na Conferência de Medellín – Colômbia, 1968 - a Igreja católica na América Latina reconheceu oficialmente a necessidade de se tomar posição diante da situação do povo que aqui vive. Na primeira parte do documento aponta as tensões entre classes e colonialismo interno. Reconheceu diversas formas de marginalização: socioeconômicas, políticas, culturais, raciais e religiosas; as desigualdades excessivas entre as classes sociais que impedem a satisfação das aspirações dos demais setores da sociedade; formas de opressão de grupos e setores dominantes sobre os setores marginalizados; além do mais, o poder exercido injustamente por certos setores dominantes, graças ao aparato do Estado por eles dominado; por outro lado, o documento reconheceu também a crescente tomada de consciência dos setores oprimidos e sua mobilização para superação desta situação⁴.

Esta conferência foi o impulso que faltava para a Teologia da Libertação continuar sua reflexão em função da melhora nas condições de vida dos mais desfavorecidos. Miquelin (1995) definiu o período de 1964 a 1968 como tempo de crescimento e preparação da Igreja da Libertação, foi um período de profunda criatividade e de compromisso com a transformação política, social e econômica da nação; as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) desenvolvem-se rapidamente. O conceito Igreja dos Pobres ganhou relevância nos discursos e na prática pastoral da

⁴ Das Conclusões da Conferência de Medellín, primeira parte – Paz.

Igreja. Esta mudança de perspectiva teológica e pastoral da Igreja na América Latina teve consequência políticas tanto fora como dentro da própria Igreja.

A reflexão teológica a partir da realidade do povo sofrido representou para certos setores eclesiais um risco à unidade da Igreja e à comunhão com a Cúria romana. Temia-se, ao que tudo indica o cisma entre a Igreja Latino-Americana e o Vaticano. Contudo, a visão de Igreja que aqui se construiu era muito mais arraigada na comunhão eclesial. Apesar disso houve algumas investidas de setores conservadores para minar os esforços de se construir uma Igreja a partir da opção preferencial pelos pobres. Também, é importante enfatizar que tal teologia estava profundamente fundamentada na teologia bíblica.

Para melhor entender o que aqui se propõe faz-se necessário uma definição do que se entende nesta teologia pelo termo pobre, e também sua importância histórica. Embora muitos associem o pobre somente ao aspecto socioeconômico, historicamente é um termo carregado de sentido. Na Teologia bíblica tem sua razão de ser no que se definia na língua hebraica 'ANÍ.

Para 'NAÍ se atribuía muitos significados para expressar extrema humilhação e necessidades, tais como: esterilidade, viuvez, orfandade, velhice, fraqueza, pequenez, opressão, escravidão e também nada, vazio, lamento, choro, tristeza, doença, sofrimento, iniquidade, mentira, pecado. Afirmou-se: “pobre não é apenas uma pessoa carente de bens materiais. É todo aquele que sofre no corpo e no espírito e de algum modo se aniquila e se despoja” (SOUZA, 1990, p. 116). Desta definição infere-se que o conceito moderno é simplista e despoja o pobre do valor e do respeito que lhe é devido.

Entende-se que é urgente uma conversão da sociedade ao humano naqueles que por sua condição social foram transformados em não humanos. Em outras palavras, no mundo atual há um processo de desumanização dos indivíduos. Para o mercado, pessoas são apenas consumidores; nas guerras, inimigos; nas relações que se estabelecem na sociedade o diferente é inferiorizado e também visto como não gente.

Para entender melhor o que se reflete, no período do colonialismo europeu sobre as Américas, o negro e o índio faziam parte das discussões entre os europeus, nas quais se especulavam se tinham ou não alma. Atualmente observa-se ainda uma forte discriminação a certas pessoas, principalmente em relação aos

camponeses, operários, homossexuais, mulheres, meninos de rua, pobres, entre outros.

Freire (1987) já acenava para a necessidade de promover um modelo de educação que ajudasse os oprimidos a estrojetarem o opressor que havia dentro deles, incluindo o próprio educador, pois ao contrário estaria reproduzindo o que a cultura já o fez incorporar. Deste modo, parafraseando o que se disse nas Conclusões de Puebla (1979, p. 1134) concorda-se quando asseverou sobre a necessidade de uma conversão de todos para uma opção preferencial pelos pobres, no intuito de agir para promover a sua libertação integral. Sem esta opção concreta a história corre o risco de continuar, considerando somente os que concentram o conhecimento, a riqueza e detêm o poder em suas mãos.

De 1968 a 1979, o contexto político havia piorado. A distância entre ricos e pobres era profunda. Vivia-se sob a ditadura militar, período em que além de piorar a situação de miséria do povo, criava-se uma situação de dependência em relação às grandes potências, principalmente dos Estados Unidos. Praticava-se abusivamente a violação dos direitos humanos, intensificava-se a perseguição e a violência de todo tipo.

Ao se analisar a realidade latina americana, as conclusões de Puebla (1978, nº 30) faz notar que esta pobreza é produto de determinadas situações e estruturas econômicas, sociais e políticas, embora não desconsidere outras causas, asseverou que sua origem está apoiada em mecanismos materialistas que produzem cada vez mais ricos à custa de pobres cada vez mais pobres. Verificou a necessidade de transformações profundas das estruturas que correspondam às aspirações por justiça social.

Sugeriu que esteja entre as causas desta situação a inversão de valores. Nesta inversão está a raiz de muitos males, a saber: o materialismo individualista, o consumismo, deterioração dos valores familiares, degeneração da honradez pública e privada. Estes fatores somados a outros aspectos constituem a cultura latino americana.

4. A CULTURA DA VIOLÊNCIA: O ESTADO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRÁTICA SOCIAL VIOLENTA

4.1 A Violência em Evidência

Nos capítulos anteriores refletiu-se sobre a situação que permitiu o desenvolvimento da cultura da violência. Constatou-se que o tema da violência ganhou relevância nos discursos políticos e trabalhos acadêmicos, além da grande audiência nos meios de comunicação para seduzir o espectador como considerou Buddemeier (2007) ao afirmar que observar cenas de violência provoca fortes emoções e podem ser para o espectador, o único meio de vivenciar algo diferente.

A seguir refletir-se-á sobre a prática da violência por parte do Estado e seus agentes. Pois, merece discussão e um repensar os espaços que a permite e ensina. Atualmente, as culturas, tanto ocidental como oriental, estão profundamente marcadas pelo que aqui se considera a Cultura da Violência. Antes se considerou que cada cultura é o resultado de uma história particular. E que cultura significa na origem do termo cultivar. É desta inferência que se entende que a violência vem sendo cultivada, alimentada.

O resultado desta prática vem reforçando a cultura da violência. Entendido cultura como resultado de uma história, é que se achou por bem uma retomada e análise das origens da cultura da violência que se registrou ao longo da história do Brasil.

No período colonial se constatou que a perseguição aos pobres se dava por uma questão de racismo, de preconceito, mas também por razões econômicas. Disto resultou, no entender das elites oligárquicas da colônia que ser pobre era sinônimo de pessoa violenta conforme se descreve: “as classes sociais mais baixas, compostas por indivíduos rotulados de marginais, eram perseguidas intensamente pela polícia, mesmo que não cometessem crime. Aliás, ser ‘marginal’ constituía crime” (PEDROSO, 2006. p.18).

Recentemente, na cidade de Assis, interior do Estado de São Paulo, foi destaque nas manchetes “Prisão por vadiagem”. Naquele município se estava punindo com até três meses de reclusão quem fosse pego “vadiando”. Segundo a matéria mais de 50 pessoas foram cadastradas em uma “lista negra” nas delegacias

da cidade. A pessoa teria, a partir de então, 30 dias para conseguir um emprego, caso contrário seria presa. Em entrevista para a revista, o delegado Luís Fernando Quinteiro disse que “a polícia percebe quem tem tendência para o crime”; por outro lado, quem aparentava ter dinheiro, mesmo sem trabalhar, ficava livre, evidência clara de preconceito e discriminação, apesar de tanto tempo decorrido desde o período colonial⁵.

Além disso, ainda hoje, os índios, segundo o (RELATÓRIO DO CIMI – 2008, p. 24) são vítimas de uma visão estereotipada como “incapazes de discernimento”; “selvagens a serem punidos e domados”; “contrários ao desenvolvimento econômico”; “pautados por uma cultura irracional e produtora de violência”. Além do mais, pode-se relatar em incontáveis páginas outras graves práticas discriminatórias contra a população empobrecida deste país, por exemplo, os sem-terra, sem-teto, favelados, trabalhadores, dentre outros. A eles são imputadas práticas de violência graças ao aparato judicial e militar posto a serviço dos grupos hegemônicos elitizados do país.

O tema cultura da violência pode ser considerado a partir de muitas perspectivas, contudo, neste trabalho se desenvolve com os autores de referência uma reflexão crítica, de cunho puramente teórico, pois a preocupação é a busca do que está por trás desta realidade humana e como contribuir para que as pessoas cultivem outra cultura. Por outro lado, há uma preocupação em propor caminhos a partir das experiências que muitos percorreram para constituir uma cultura da paz e dos esforços para superar as situações que promovem as situações de violência.

A violência posta em evidência e os que dela padecem interpela à consciência e faz entender que é necessário aprofundar o debate sobre a questão, uma vez que a sociedade capitalista tem feito da violência uma mercadoria que se vende tão bem quanto a segurança conforme asseverou Labica (2009), autor já citado neste trabalho.

Diante das análises aqui desenvolvidas, percebe-se que a cultura da paz é ainda um grande desafio, pois não está no centro das preocupações de grande parte da sociedade. Está marcada pelo sistema que centra seus objetivos no lucro e, como não bastasse, há todo um aparato instrumentalizado para garantir esse fim. Rocha (1999) ao analisar a cultura da violência na cidade, constatou que os meios de comunicação, televisão, jornais, revistas e mais recentemente a internet

⁵ Cf. Revista Época, 10 de agosto de 2009, p. 16.

são determinantes para a manutenção desse modelo de sociedade que serve bem ao Mercado. A velocidade e a pluralidade de linguagens utilizadas tornam imagens e sons de violência pulsantes mais presentes.

Para esta pesquisadora, isso pode ocasionar um arrefecimento das sensibilidades, ou seja, levar as pessoas a acostumar-se com a violência ou ainda tornarem-se indiferentes a ela. Esta constatação nos serve como indicação da gravidade do problema. A cultura da paz é uma questão aberta, muito mais que a primeira, deve ser posta em evidência, construindo assim um novo estilo de vida, uma cultura diferente do que aí está.

4.2 A Cultura da Violência Institucionalizada

Atualmente observa-se nas manchetes dos jornais o crescente número de pessoas mortas pela polícia. Sabe-se que o seu papel é o de garantir a segurança dos cidadãos e não a prática do fazer justiça com as próprias mãos. Em uma reportagem da Folha comentou-se o seguinte:

São Paulo vive um grande paradoxo na segurança pública. De um lado, dá exemplo ao eleger o combate à corrupção como prioridade que visa resgatar a credibilidade das polícias. Por outro, no curto prazo, o Estado passa por um delicado movimento de inflexão das tendências nas taxas de violência letal. Os homicídios, após uma década, voltaram a subir. Já o número de pessoas mortas em confronto com a PM totalizou, entre abril de 2009 a março de 2010, 566 casos, alta de 54% em relação a igual período do ano anterior (Folha de São Paulo, c3 – quarta-feira 5 de maio de 2010).

Segundo Strumiello (2009), até setembro de 2008 apenas no estado de São Paulo, haviam sido mortas pela PM 296 pessoas. Só na capital, 174 casos. Contudo, não está considerado neste trabalho o alto número de vítimas de “balas Perdidas”. Esta constatação já é por si só suficiente para que se dê conta da gravidade da violência institucionalizada no Brasil. Ao analisar atentamente a história recente brasileira, pode-se ver que a situação vem se arrastando sem maiores providências por parte das autoridades públicas.

Faça-se memória do caso Pavilhão 9, do Carandiru, em 2 de outubro de 1992, que resultou no massacre de 111 detentos. Do episódio, envolvendo a PM

no massacre de Eldorado dos Carajás aos 17 de abril de 1996, resultando em 19 mortes de trabalhadores sem terra. A ação da polícia contou com uma cobertura completa dos meios televisivos de comunicação, de modo que o mundo todo pôde acompanhar a chacina pela televisão. Como se podem perceber os fatos não param por aí.

Os noticiários continuam revelando, em sua cobertura, a verdade ocultada em suas interpretações: os marginais, os pobres em grande medida, continuam recebendo o mesmo tratamento que sempre receberam. A polícia continua atirando para matar, determinando o extermínio do mais fraco como fato. Decorrente desta realidade, sem menosprezar outros fatores, como o tráfico, por exemplo, os grupos de extermínio são cada vez mais frequentes.

O objetivo deste tópico é evidenciar os fatos para que se desperte para estudos críticos sobre esta realidade. A violência é um fenômeno que necessita ser aprofundado dentro de uma concepção global. Não é bom que se permita que a prática da violência continue sendo um recurso para a resolução de conflitos, é fundamental, para a paz uma mudança significativa na forma de conceber e formar a polícia no Brasil, pois, conforme entende Porto (2004, p.7), na prática “o policial se percebe ‘protegido’ por uma cultura institucional que inclui a violência como possibilidade para conter a violência”.

Em se tratando de cultura da violência, entende-se que há uma variável de causas muito complexa. Como já se observou a violência vem sendo cultivada a séculos, contudo este processo foi acelerado no século XX. Sobre isto Pereira (1975) fez considerações importantes. Constatou que só no período de 1820 e 1945, apesar do progresso das ciências e do bem-estar, milhões de pessoas foram mortas em virtude de guerras, acidentes, agitações de massa, revoluções e assassinatos.

Deste modo um homem matou outro homem a cada 68 segundos no percurso de 125 anos, mas acredita que “o homem não é, em verdade, um ser violento por natureza [...] mas pode transmutar em conduta violenta imposta por condições morais e econômicas por ele próprio artificialmente criadas” (PEREIRA, 1975, p. 38). Das variáveis consideráveis está a questão social, confirmando o que se refletiu sobre o tema da violência e cultura no Brasil:

Em verdade, a violência e a tortura com que a polícia tem tradicionalmente tratado as classes populares, longe de se constituírem numa ‘distorção’ devido ao ‘despreparo’ do aparelho de repressão, ‘tem uma função

eminentemente política – no sentido de contribuir para preservar a hegemonia das classes dominantes e assegurar a participação ilusória das classes médias nos ganhos da organização política baseada nessa repressão. O exercício continuado dessa repressão ilegítima consolida as imagens de segurança de status social das classes médias diante da permanente ‘ameaça’ que constitui para elas qualquer aplicação das pautas de participação popular’ (OLIVEN, 1983, p. 14).

A partir desta análise pode-se inferir que o Estado, de fato, está a serviço das elites economicamente bem estabelecidas, e o aparato estatal de repressão tem suas forças canalizadas para evitar uma revolução das classes populares insatisfeitas. Da mesma forma, como se observou, as Políticas Públicas estão condicionadas ao interesse das elites detentores do capital.

Tem seus próprios meios de interferência e ajuste da realidade internacional. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), por exemplo, são responsáveis por definir como e onde o Estado deve aplicar os recursos destinados para investimentos em políticas públicas.

Segundo Fonseca (1998), o BM incluiu o setor social em seus créditos como estratégia política. Ela se baseia no discurso de McNamara para fazer tal afirmação:

Quando os privilegiados são poucos, e os desesperadamente pobres são muitos e quando a diferença entre ambos os grupos se aprofunda em vez de diminuir, só é questão de tempo até que seja preciso escolher entre os custos políticos de uma reforma e os riscos políticos de uma rebelião (MCNAMARA, 1972, tradução de Fonseca).

O empobrecimento e a exclusão social que o próprio sistema produziu tornou-se também fator de preocupação entre os que se apoderaram do Estado e de sua riqueza. Além da concentração de renda, o poder de decidir sobre a aplicação de políticas públicas também está em suas mãos. O dinheiro público tem servido para socorrer empresas em risco de falência com a justificativa de que esta prática favorece os cidadãos, sem constar o desvio de recursos pelos corruptos.

Esta falta de investimento em áreas fundamentais da sociedade como trabalho, saúde, moradia, planejamento urbano, alimentação, educação, entre outros, gerou a exclusão social e suas consequências. Entende-se, por outro lado, que a cultura da violência é resultado de uma ação até certo ponto pensada, planejada e cultivada.

A disputa desigual entre as classes sociais pela riqueza produzida no país fica em grande parte nas mãos dos que detêm o poder de decisão e manipulação. A cultura da violência está arraigada na sociedade atual e para revertê-la será fundamental uma ação coletiva. Tal ação deverá contribuir para gerar uma nova cultura: a cultura da paz. Deverá contemplar em primeiro lugar a justiça social, a reforma agrária, reformas políticas, do judiciário para que sua parcialidade seja superada. O grande desafio diante deste contexto é, portanto, a construção da paz, pois como se percebeu a sociedade está profundamente marcada pela violência.

4.3 Políticas Públicas e Teoria Neoliberal

A cultura da paz deve ser pensada a partir da responsabilidade do Estado como gestor de recursos provenientes dos cidadãos, pois ele é o primeiro responsável por desenvolver políticas públicas adequadas ao cultivo de uma nova cultura na sociedade. Tem-se em vista, ao fazer tal afirmação, as conclusões de Peres (2008) quando declara que as áreas com maior coeficiente de mortalidade são as que apresentam os piores índices de desenvolvimento socioeconômico e onde se constata o maior índice de vítimas fatais por parte da polícia.

De certo modo, é consenso que parte importante da solução do problema do crime e da violência se dará diante de mudanças nas políticas de segurança, gestão e promoção de uma aproximação da polícia com a comunidade. Uma nova relação polícia-sociedade poderá gerar confiança e colaboração da comunidade tanto no controle como na prevenção do crime e da violência, bem como colaborar para reduzir o uso da violência como instrumento de manutenção da ordem.

Por outro lado, ainda existem fatores que impedem investimentos de recursos para a recuperação e superação da violência. O neoliberalismo tornou-se, como já se refletiu um dos maiores entraves à ação efetiva do Estado na resolução de muitos problemas, principalmente os de ordem social.

Segundo Peroni (2008) no Brasil não há um histórico democrático e de participação efetiva da sociedade. Lembra que no período de abertura política, a

sociedade brasileira começou a dar os primeiros passos enquanto que no resto do mundo a democracia e a participação popular eram culpabilizadas pela crise do Estado. Segundo a autora, a teoria neoliberal culpa o Estado de investir em políticas sociais para atender às demandas dos grupos organizados, gastando grande parte de seu orçamento e gerando a crise fiscal e a inflação. Os culpados pela crise, portanto, seriam os funcionários públicos e os investimentos em políticas públicas.

A primeira barreira a ser enfrentada e superada será a mentalidade neoliberal. Nesta configuração política assiste-se o desmantelamento do Estado no que se refere às políticas públicas sociais. O aumento abismal entre ricos e pobres. A concentração da renda fortalece o capital privado e põe o Estado a serviço de seus interesses. Instrumentos é o que não lhes falta para assegurar esta concentração em detrimento da grande maioria da população. Os meios de comunicação servem de instrumento para transmissão de sua ideologia, configurando uma alienação das pessoas. Além do mais, conta com o aparato repressor do Estado para garantir a posse, mesmo que adquirida ilicitamente, a exemplo das terras devolutas no Brasil.

Da constatação anterior, pode ainda apoiar o estudo de Peroni (2008), pois assevera que os neoliberais defendem a ideia de que há uma tensão entre a liberdade individual e a democracia. Assim, a liberdade individual é defendida a partir da perspectiva do mercado e da propriedade privada. Nesta perspectiva, o mercado deve ser protegido, mesmo contra o Estado ou contra a vontade da maioria. A democracia é, na verdade, uma barreira para o livre agir do capitalismo; o que justifica as investidas, como já se tem refletido, no sentido de esvaziar o poder do Estado e conseqüentemente da democracia.

Nessa mesma linha de pensamento, sugere-se que uma das razões do fracasso e da inexistência de políticas públicas de segurança no Brasil baseia-se na falta de interesse em resolver o problema que atinge a grande maioria da população, a questão socioeconômica:

a reforma de políticas públicas de segurança, no Brasil, consiste num movimento pendular oscilando entre a reforma social e a dissuasão individual. A ideia da reforma decorre da crença de que o crime resulta de fatores sócio-econômico que bloqueiam o acesso a meios legítimos de se ganhar a vida. Esta deterioração das condições de vida traduz-se tanto no acesso restrito de alguns setores da população a oportunidades no mercado de trabalho e de bens e serviços, como na má socialização a que são submetidos no âmbito familiar, escolar e na convivência com sub-grupos desviantes (BEATO, 2001, p. 17).

Além de apontar para a necessidade de reformas nas políticas públicas de segurança, o autor indica outra questão fundamental que é a dos valores. O cultivo de valores favoráveis ao bem estar da sociedade é também um horizonte a ser contemplado na busca da cultura da paz, pois, diante da primazia do mercado se maximiza o indivíduo de posse em detrimento da coletividade. Assim sendo, é urgente pensar: o que vale mais, os interesses que favorecem a alguns indivíduos ou a coletividade? O que vale mais, a propriedade privada ou a sobrevivência dos seres humanos? E ainda, a propriedade privada tem cumprido o seu papel social?

Decorrente da inversão de valores, a ação revanchista das elites, por conta das consequências que gerou, defende a ideia de que a atuação do poder judiciário e das instâncias controladoras da sociedade aja por base em legislações duras e policiamento ostensivo de tal modo que as punições dos delitos sejam rápidas, certas e severas. Não é descartada aqui a pena de morte aos criminosos. O argumento ressalta Beato, (2001, p.18) dos que defendem tal absurdo é que “não se trata de vingança, mas exemplo para que homens de bem não caiam em tentação”. Em todo caso, vale lembrar: violência gera violência. É certo que no sistema capitalista a vida humana não tem o valor merecido, especialmente tendo em vista os números alarmantes de pessoas abandonadas à extrema pobreza.

4.4 A Educação Neoliberal como Empecilho para a Cultura da Paz

Como se constatou, a cultura é o resultado de uma história. Isto significa que ela pode e está sendo produzida desde que o ser humano se entende como um ser social e político. Como atividade humana ela pode ser desenvolvida sem a pretensão de conduzi-la a um resultado intencionado, como também pode ser conduzida para que certos fins sejam atingidos. Um exemplo significativo é a manipulação publicitária utilizada para vender produtos ou ideias. O fim último do capitalismo é o lucro e, para atingi-lo, todos os meios são permitidos: mentir, iludir, falsificar, manipular, desapropriar e matar.

No tocante à construção de uma cultura da paz, a Educação poderá propor novos rumos; contudo, também deverá percorrer os mesmos caminhos que há séculos se utilizou para a construção da cultura da violência, ou seja, sua

metodologia foi desenvolvida para incutir a prática da violência para a resolução de conflitos nas pessoas. O que se afirma é que a paz deverá passar pelo mesmo processo, porém com objetivo diferente, para também ser assimilada. Deverá, por meio da educação cultivá-la nas pessoas. Contudo, além da mudança de mentalidade é necessária também uma mudança da estrutura social.

Entende-se Educação num sentido mais amplo, não apenas o formal. Toda a sociedade organizada é chamada a contribuir no cultivo desta cultura. Contudo, o principal papel nesta empreitada é do Estado, devendo ser o gestor e executor de políticas públicas de inclusão social e ocupando-se com o bem-estar dos cidadãos. É seu papel a promoção do bem comum.

No entender de Chrispino (2008), seria importante desenvolver ações no âmbito governamental, mapear áreas de maior índice de violência, inviabilizar o tráfico de drogas, contar com os meios de comunicação de massa, disponibilizar disque-denúncia, envolver comunidade e escolas, organizar os órgãos responsáveis pela infância e juventude, desenvolver programas para orientar e recuperar dependentes químicos, favorecer programas de lazer, cultura, esporte, entre outros.

Para os jovens, oferecer material com orientações de ações e procedimentos adequados a serem adotados em escolas para os casos de violência escolar; para líderes comunitários, com o objetivo de promover a prevenção da violência e uso de drogas. Para melhor entender o que se propõe, basta lembrar algumas medidas desenvolvidas pelo governo.

A ação do governo Federal possibilitou cursos de extensão para atuar em comunidades. Um exemplo concreto foi o curso “Fé na Prevenção – Prevenção do uso de drogas em instituições religiosas e movimentos afins” – promovido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Este curso visou, em curto espaço de tempo, preparar agentes comunitários para atuarem no acompanhamento e prevenção do uso de drogas na comunidade.

Porém, é necessário muito mais. Capacitar agentes públicos envolvidos, organizar acervo bibliográfico para as instituições de ensino, fomentar a prática da cidadania, prevenção da violência, promoção da paz e troca de experiência entre os órgãos regionais de ensino. Às propostas de Chrispino (2008) pode-se acrescentar ainda, reformas estruturais dentro do país. Uma possibilidade

seria a reforma agrária. Este é um grande desafio, pois a oligarquia agrária no Brasil herdou de seus antepassados uma característica que tanto combatemos: o uso da violência.

Considerando ainda a questão da educação no Brasil, passou a ser vista como uma mercadoria, e o Estado com sua política neoliberal, gradativamente está deixando de ser o responsável pela oferta e manutenção do direito à educação pública. É considerável, por outro lado, que o Estado sozinho não consiga atender a demanda da população, por isso, deverá acompanhar e supervisionar a iniciativa privada em sua prestação de serviços educacionais à sociedade, e garantir que a educação não se limite aos interesses meramente financeiros, ou seja, o lucro.

Segundo Souza (2006), a privatização é uma forma de a iniciativa privada levar vantagem sobre o público. Portanto, seria crucial para a sociedade que os agentes do Estado, eleitos pelos cidadãos brasileiros, possibilitassem alternativas distintas deste propósito.

A cultura da paz só poderá ser alcançada a partir de uma ação conjunta com a sociedade organizada coordenada pelo Estado, o que só será possível mediante a pressão dos cidadãos, pois isto não é interesse da iniciativa privada. Existem indícios de que a violência lhes é conveniente, principalmente quando praticada por corporações ligadas ao Estado, como é o caso da violência policial anteriormente refletida. Contudo, mediante uma ação efetiva do Estado e das instituições organizadas: igrejas, sindicatos, associações, escolas, funcionários públicos, universidades, ONGs etc., crê-se que será possível construir esta cultura da paz.

Sobre a reforma do Estado, segundo as configurações neoliberais, Souza (2006, p. 84) entendeu que a “educação foi um dos setores sobre o qual, mais intensamente foram aplicadas as diretrizes emanadas da dita reforma do Estado”. A investida neoliberal sobre a educação é uma seta apontando que esta reflexão segue no sentido correto, pois o grupo que dominar os sistemas de ensino dominará conseqüentemente, as consciências. Poderá forjar culturas ou reforçar a que se encontra estabelecida, desde que continue favorecendo o lucro.

O ensino e o Estado, sob o domínio das oligarquias ao longo da história brasileira, permitiram que a escola desempenhasse papel fundamental para disciplinar e formar trabalhadores submissos. Para Kruppa (2005) uma das explicações para o freio conservador da escola está em seu isolamento da

realidade, não tem sensibilidade para o movimento da vida e está distante dos problemas e das alternativas que a população cria para sobreviver; este modelo de escola disfarça a reprodução da ordem que interessa ao sistema capitalista.

Parafraseando Britto (2003), busca-se a escola para aprender habilidades necessárias para si, a partir do que se sabe e é. Concordamos com o autor que a educação deve contribuir na construção de alternativas de saber e de organização da sociedade. No seu entender o papel fundamental da escolarização deve ser contribuir para a formação de sujeitos capazes de investigar, descobrir, articular, aprender. Portanto, é papel da escola contribuir para que se amplie o universo cognitivo dos sujeitos, proporcionando-lhes, além de familiaridade com expressões científicas, também culturais para que as valorize e as transforme em cultura de vida.

5. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA A PAZ

5.1 A Cultura da Paz como Perspectiva

Como foi considerado em capítulos anteriores, diante das transformações que ocorreram a partir da revolução industrial e mais recentemente o acelerado avanço tecnológico e da informação, somados a fatores políticos, econômicos, sociais e culturais, impôs-se à educação um grande desafio. Sobretudo se considerarmos a cultura da violência um mal da época contemporânea.

Segundo Valle (2011, p. 45) “o acirramento ideológico e das desigualdades econômicas e sociais gritantes, o choque explícito entre gerações, em relação de gênero, etnias, religiões e projetos políticos trouxeram à tona as mais descaradas formas de violência humana”. Conforme já se dizia, tal desafio será também a formação de cidadãos críticos e reflexivos comprometidos com a transformação desta realidade.

A paz subentende-se dentro deste horizonte. É adoção e cultivo da prática social pacífica para a resolução de conflitos e a busca permanente da harmonia social. Contrário do que se propôs ao definir cultura da violência como, adoção e cultivo da prática social violenta para a resolução de conflitos ou para atingir objetivos desejados, que produz constantemente novas formas de violência.

Outro desafio, e ao mesmo tempo um obstáculo, será um ensino que considere o ser humano não como simples fator no processo de produção, mas sim beneficiário do processo de desenvolvimento social. Nesta perspectiva deve levar em conta todas as questões relativas à sociedade: crescimento econômico, emprego, liberdade política, valores culturais, entre outros.

Segundo se afirmou “um dos principais papéis reservado à educação consiste, antes de mais, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento” (DELORS, 1996, p. 92). Cada um deverá tomar o seu destino nas mãos e contribuir para o progresso da sociedade com responsabilidade. Desta forma a educação deverá contribuir com a realização do ser humano enquanto tal.

Em se tratando de propor uma cultura da paz – a educação, segundo Delors (1996) tornou-se um dos meios eficazes para isto, pois o que se propõe para agir na sociedade é o aprendizado para juntos conviver. Portanto, aprender a

conviver é um elemento essencial para a cultura da paz. É um dos maiores desafios a ser enfrentado no processo de ensino aprendizagem, pois:

Os seres humanos têm tendência a supervalorizar as suas qualidades e as do grupo a que pertencem, e a alimentar preconceitos desfavoráveis em relação aos outros [...] o clima geral de concorrência que caracteriza [...] a atividade econômica [...] tem tendência de dar prioridade ao espírito de competição e ao sucesso individual (DELORS, 1996, p.97).

Anteriormente já se refletiu sobre a situação que favoreceu o desenvolvimento de uma cultura da violência. Agora, pois, algumas inferências podem ser sugeridas, entre elas considerou-se importante a organização da sociedade na perspectiva da equidade, portanto, da partilha da riqueza produzida pela participação dos trabalhadores, desenvolvimento de projetos de cooperação. São indicações que se consideram importantes, pois o isolamento das classes sociais gera o individualismo, a discriminação, ou seja, a não aceitação do outro, entre outras coisas.

5.2 Caminhos e Meios Possíveis para a Construção da Cultura da Paz

Esforços já se somaram nas últimas décadas para a superação da cultura da violência. Instituições Religiosas, ONGs, Escolas, Conselhos Estaduais e Municipais de defesa da criança e do adolescente, e mais recentemente o Estatuto dos Idosos, tem se mobilizado para a superação desta cultura. Contudo, o que se constatou, segundo Leite (2001) a maioria das iniciativas apresentou problemas quantos aos objetivos da ação.

As iniciativas não governantes surgiram como consequência da ausência do Estado no enfrentamento dos problemas geradores de violência. Desta situação, a questão social, parece ser sempre o pano de fundo. No caso da delinquência juvenil as necessidades financeiras são sempre fator considerável. Enquanto não se favorece ao desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens em condições dignas, “a escola do crime, do tráfico de drogas e armas está de portas abertas para ele todos os dias, sem períodos de matrículas, feriados, férias

ou recesso escolar, e é grande o risco de ele acabar ‘se formando’ em banditismo” (LEITE, 2001, p. 74-75).

Como se não bastasse, além da responsabilidade por gerar esta situação o Estado se mobiliza para exterminar o resultado de sua ausência, por incompetência ou por não considerar o bem estar social uma prioridade, problema já constatada anteriormente.

É nesta perspectiva que se propõe a superação da exclusão social, da ideologia fatalista, da resignação e o cultivo da esperança como caminhos para a busca da paz.

5.2.1 A exclusão social: violência que gera violência

Quando se referiu à necessidade de mudança na metodologia para se interpretar a realidade, considerou-se que um número escandaloso de pessoas no Brasil vive em situação de indigência. Ao se propor uma cultura da paz deve-se considerar a justiça social um dos principais pilares. A paz social não é possível onde não existe justiça, em meio à desigualdade social, política, econômica e cultural.

A exclusão social é caso sério de políticas públicas. Em 2009, segundo o IETS⁶, 40.459,599 (42,08%) da população ainda se encontra em estado de pobreza no Brasil (parâmetro referente às pessoas sem acesso às necessidades básicas). Outro montante significativo, 9.647,587 está em estado de indigência (são os famintos, sem as condições mínimas para viver).

O Instituto adotou como critério para definir a Linha de Indigência o valor mínimo necessário para adquirir uma cesta básica alimentar. E, para a Linha da Pobreza, além da cesta básica considerou as condições de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, entre outros. São critérios que medem o custo necessário para suprir as necessidades de uma pessoa durante um mês.

Em sua análise Gutiérrez (2003) constata que a exclusão social apresenta várias dimensões, entre elas a do nível econômico, do plano político e cultural. Do econômico, entende que os novos modos de produção desvalorizou a matéria prima e revolução do conhecimento elevou o empobrecimento, pois o

⁶ IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. In: <http://www.iets.org.br/rubrique.php3?rubrique=94> - Acesso em: 20 Julho. 2011

mercado passou a exigir qualificação técnica do trabalhador. Este é um dos fatores que favorece a exclusão da grande maioria dos pobres hoje.

No plano político, a sociedade não participa na tomada das decisões e no plano cultural assiste-se a discriminação por razões raciais, de gênero e mais recentemente vem intensificando-se a homofobia. Estas razões reforçam a exclusão econômica e nela se apoiam.

No plano da educação, os sistemas educacionais foram os principais responsáveis pelo fracasso da educação das crianças pobres brasileiras, ao que se pode atribuir à negligência deliberada. A educação dos empobrecidos:

Constitui uma arena para confiantes pronunciamentos de economistas e homens de negócios, especialistas em serviços sociais e empreendedores políticos e culturais de convicções diversas [...] ingênuos sobre os efeitos educacionais de suas propostas (CONNELL in: GENTILI, 1998, p. 12)

Não bastando o constatado fracasso, houve, num primeiro momento, a transferência da responsabilidade deste fracasso para as famílias dos educandos por sua condição social. Atualmente é igualmente atribuído aos professores, com isto buscam-se, isentar os principais responsáveis por gerenciar o sistema educacional ou mascarar a situação para tirar dividendo eleitoral.

Em contrapartida, a sociedade testemunhou ideologias que se forjaram para fragilizar a luta dos empobrecidos. Freire (2000) afirmou que entre elas está a ideologia fatalista, que nas últimas décadas apareceu embutida no discurso neoliberal, e também, entendemos nós, no discurso religioso, por isso tornou-se eficiente instrumento de dominação, pois se entende que em face das injustiças sociais nada se pode fazer.

Esta ideologia levou ao conformismo e conseqüentemente ao refluxo do movimento social que se vinha construindo a partir da segunda metade do século XX. Houve um reflexo na luta dos movimentos sociais e até mesmo resignação: “é assim mesmo”, “Deus quer assim”, “o que se vai fazer”?

Segundo se afirma esta visão “solapa e fragiliza o ânimo necessário para a briga” (FREIRE, 2000, p. 47). Palermo (2003) acredita que é hora de desarticular a linguagem dos dominantes, que é necessária descolonização intelectual, o que Freire (1987) sugeriu como estrotejar o dominador que se tem

dentro de si, para, a partir da realidade do povo promover transformação da sociedade.

A pobreza não é uma fatalidade e muito menos fruto de fenômenos naturais, é fruto da injustiça. Disto infere-se que também a paz só será possível quando houver justiça. Quando se desencadear num processo onde Estado e sociedade assumirem a transformação da realidade social da nação como uma missão e a luta contra a pobreza como um compromisso. Em outras palavras, quando se assumir a luta por uma sociedade mais justa.

Por outro lado, deve se tomar cuidado para não levar a idealização dos pobres, isto não contribui no processo de libertação. Gera acomodação e reproduz o sistema vigente. Historicamente já se constatou práticas em prol dos pobres e que, no entanto não o promoveu de sua pobreza. Campanhas para distribuir alimento aos famintos, de roupas para vestir as que se encontram nuas, não representaram compromisso efetivo com a transformação da realidade que o empobreceu.

O assistencialismo acaba por se tornar desumano na medida em que leva as pessoas à resignação, a não lutar por melhorar nas condições de sua própria vida. Promove-se a disputa nas filas promovidas pelos “bem feitores” por chegar primeiro e pegar o que se lhe dá por “amor e compaixão”.

5.2.2 Uma comunicação a serviço da paz

Antes de qualquer análise, é importante considerar que “paz social não é algo imposto através de ‘pactos sociais’ artificialmente arquitetados, mas o resultado de profundas mudanças estruturais” (SOARES; MOTTA, 1986, p. 5). Um exemplo disso é o fracasso do PAC da Segurança lançado em 2007 como respostas aos altos índices de violência no país. O investimento alto em segurança pública torna-se pífio quando fatores de fundamental importância não são considerados, ou seja, de nada adianta investir em segurança se a questão da educação, trabalho, moradia, lazer e distribuição de renda no país não forem levados a sério.

Recentemente foi constatado que na maioria dos Estados assistidos pelo PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) houve aumento nos índices de homicídios. A meta do governo para 2010 era reduzir para 12 por 100 mil habitantes estes índices, mas estima-se que esteja em 25. As taxas de homicídios subiram em 15 estados e no Distrito Federal, caíram somente em

cinco. Somente no estado de Goiás a redução foi expressiva de 21,7% em 2007 para 6,5% em 2009⁷. Devemos considerar também que os Estados Modernos, são grandes responsáveis pela cultura da violência. Sobre esta hipótese afirma-se: os Estados

Avocaram para si o domínio e o monopólio do poder e da violência [...] a história registrou inúmeros conflitos, resultantes em guerras mundiais e civis, regimes de segregações raciais, étnicas e religiosas, imposição e padronização de determinados valores políticos, econômicos e socioculturais. Dessa impossibilidade do Estado de conviver com a diferença ou com posições divergentes é que emerge a violência (COSTA; PIMENTA, 2006, p. 38).

Os meios de comunicação sempre foram instrumentalizados pelos que os detêm sob concessão para desviar a atenção da sociedade dos acontecimentos políticos, sociais e dos verdadeiros fatores que geraram a cultura da violência, principalmente a violência promovida pelo Estado em nome da “ordem” e da “justiça”. O Estado tem se colocado a serviços de grupos que detêm o poder econômico nas mãos, além do mais:

Tem servido para proteger o poder dos ricos sobre a nação e contra os pobres. Isso ficou pior [...] com [...] o neoliberalismo, que exige, principalmente nos países em desenvolvimento, a liberdade de cobrar juros de agiota; de produzir e de comprar e vender sem obedecer regras; de especular na bolsa; de planejar crises econômicas, com seus capitais ‘pirata’; de desnacionalizar bancos e empresas privadas e estatais; de controlar os preços internacionais dos produtos exportados; e de impedir seu acesso à ciência e tecnologia. Assim reduzem a tarefa do Estado à manutenção dos privilégios do capital contra o direito à vida dos trabalhadores [...] a ‘liberdade de mercado’ só interessa aos patrões. E se os explorados protestarem, ou entrarem em greve, a polícia do Estado é chamada a manter a ordem (SANTAYANA, 2008, p. 5).

Desta inferência pode-se supor que o papel que os meios de comunicação têm desempenhado no Brasil não levou a uma real transformação da sociedade. Está sob domínio de pessoas ou grupos que não querem mudança. Isto é suficiente para justificar a hipótese de que tais meios tornaram-se instrumentos de dominação das elites. É responsável por reproduzir ideologias, propagarem a violência, alienar as massas populares. É instrumento que subjuga: “por sua relação vertical com a sociedade a grande imprensa atua como instrumento de massificação

⁷ CRENDENDIO, J. E. **PAC da Segurança não freia homicídios**. Folha de São Paulo/SP, 25 julho 2010. Cotidiano, c 1.

do povo e de defesa da estrutura de poder; por isso, representa um freio às mudanças” (MAZZAROLLO, 1986, p. 29).

Entende-se ainda que os meios de comunicação tenham potencial de transformação da realidade. Seria instrumento de educação eficiente não fosse posto a serviço dos grupos hegemônicos. Tem em particular o privilégio de atingir simultaneamente um grande número de pessoas. Hoje as pessoas são capazes de presenciar acontecimentos de qualquer parte do planeta em tempo real. É o lado positivo e fundamental da comunicação. Contudo, servindo aos interesses de grupos torna-se um grande problema para toda a sociedade.

É verdade, porém, que os meios de comunicação não podem ser responsabilizados por todas as mazelas que afligem a sociedade, “vários outros fatores também são responsáveis, como a situação de vulnerabilidade a que está submetida grande parte da população brasileira, em função, principalmente, da violência estrutural” (ROSSY, 2006, p. 15).

Por outro lado, não faz bem isentar a mídia de sua responsabilidade perante a sociedade. Ela é também responsável por difundir conteúdos que estimulam e perpetuam valores distorcidos, tais como “a intolerância, a discriminação, o preconceito, o culto desenfreado ao consumo, o hedonismo, enfim, comportamentos em grande parte responsáveis pelo fortalecimento de uma cultura de violência” (ROSSY, 2006, p. 15).

Este modelo de comunicação não se transformará por vontade de quem os tem sob controle, o caminho, portanto, para possível solução será a mobilização da sociedade por uma comunicação democrática a serviço de uma educação libertadora. Uma comunicação que encare os reais problemas da sociedade. Que contribua para formar cidadãos críticos e comprometidos com a transformação da sua realidade.

A cultura da paz é fruto de responsabilidade pessoal e coletiva. Desta afirmação podemos inferir que, os meios de comunicação podem ser um grande aliado para a promoção de uma educação que ajude a desenvolver nas pessoas sentimento bons e na sociedade novos comportamentos.

5.2.3 A militância social como perspectiva de transformação para paz

Segundo a análise de Rossy (2006), a sociedade se estrutura em diferentes campos nos quais se encontram as estruturas sociais, as distribuições desiguais de poder e as lutas de classes. Nas sociedades capitalistas, tais divisões são essencialmente de classes, o que torna o espaço social um campo permanente de luta. Este modelo de sociedade, já ultrapassado e falido gerou uma saturação à cultura da guerra e da violência que submeteu a humanidade deteriorando as relações pessoais, familiares, sociais pondo em risco o meio ambiente e a própria vida do ser humano no planeta.

A sociedade atual passa por uma grave crise de militância entre as classes populares. A militância é um mecanismo importante para a resistência e, portanto, de potencial transformador da realidade. Exemplo disso foi a militância estudantil, sindical, dos intelectuais e das comunidades eclesiais de base no período da ditadura militar no Brasil. Foi a principal arma da sociedade contra o regime totalitário.

Não é objetivo deste trabalho analisar em detalhes este período, mas fazer memória da resistência que contribuiu para a redemocratização do país. Além de fazer memória, fazer atentar para a crise na militância social e da falta de consciência de classe que se instalou entre os trabalhadores no Brasil. A ideologia neoliberal do capitalismo selvagem fez a grande massa de trabalhadores absorverem a ideia de homogeneidade social. Esta situação ao que parece, foi introjetada e estas populações não se veem mais como classe social.

Segundo se afirma, a televisão é um instrumento utilizado para determinar “como a massa dos assalariados de baixa renda deve preencher seu tempo não-trabalho” (TILBURG, 1989, p. 225). No seu entender, controlando o tempo não-trabalho, controla-se o cidadão e, “É o suficiente para impedir que eventuais ações isoladas de revolta tenham maior impacto, afetando, em última análise o poder estabelecido” (Ibidem, p. 226).

Contra esta perspectiva da comunicação instrumento da elite é que se propõe outro modelo. Uma comunicação de caráter educativo e que realmente eduque para a liberdade, que defenda os interesses da coletividade. Há que se concordar com a hipótese de que a comunicação só se tornará libertadora se contribuir para uma consciência crítica.

5.2.4 A educação para a paz: um desafio que envolve toda a sociedade

Para analisar este tema apoia-se em Paulo Freire, pois este pensador se tornou a referência muito importante quando se trata de refletir sobre a educação. Segundo ele aprender a ler e a escrever “não basta para que deixemos de ser sombra dos outros [...] só nos fazem deixar de ser sombra dos outros quando, em relação dialética com a ‘leitura do mundo’, tem que ver com [...] a transformação” (FREIRE, 2000, p. 88).

Este pensador entendeu educação como teoria do conhecimento posta em prática, ela é naturalmente política. E tem papel essencial na construção de uma sociedade mais humana o que é fundamental entender quando se propõe a educação para a paz. Nesta perspectiva é gestora da esperança do mundo transformado. À educação cabe investigar e instigar o sentido da vida e, quando possível apontar caminhos para superar o que dificulta a vida em sociedade.

Além de desenvolver pessoas inteligentes, deve ser capaz de gerar, pessoas integradas. Percebe-se desta inferência a necessidade de desenvolver nas pessoas o senso de luta pelos princípios éticos fundamentais, principalmente o do respeito à vida humana e dos demais seres e da natureza.

Este princípio ético deve estar presente em qualquer prática educativa. É aceitável o que ele afirmou a educação sozinha não transforma a sociedade, contudo, sem ela nada muda. Portanto, cabe a ela desenvolver nas pessoas valores humanos e acima de tudo ajudar a entender a essência humana como valor maior. Está acima de todos os demais valores como o dinheiro, Estado, ideologias, status sociais, entre outros. O que se propõe, faz eco no que sugere Delors (1996) como pilares da educação (aprender a aprender, a fazer, a ser e a conviver), sobretudo aprender a ser.

A cultura da paz constituiu-se em meta a medida que se tomou consciência de que a cultura da violência produziu um profundo mal estar na sociedade. A cultura da paz deve ser pensada a partir de uma visão positiva da paz, por isso define-se a paz como ausência de todo tipo de violência e ainda:

Como presença de justiça social e das condições necessárias para que exista [...] abrange todos os âmbitos da vida [...] é um processo contínuo e permanente [...] e acessível em que a cooperação, o mútuo entendimento e a confiança em todos os níveis assentam as bases das relações interpessoais e intergrupais (VELASQUES, 2004, p. 28).

A cultura da paz supõe uma atitude social na qual não se legitima o uso de qualquer tipo de violência. Supõe também uma nova forma de conceber o mundo caracterizado pelo respeito à vida e à dignidade humana.

A educação escolar poderá no seu processo ensino e aprendizagem contribuir para que as pessoas aprendam a educar-se para a paz, pois a educação é um processo que se desenvolve a vida toda. Desta forma, a cultura da paz entendida como aprendizado poderá tornar-se um projeto igualmente para toda a vida.

A educação formal desenvolvida na escola não pode ser considerada a única capaz de promover tal cultura. Não se deve esquecer que ela é, entre tantos mais um meio para o aprendizado. Entre outros, a família tem papel principal no processo “é elemento básico da sociedade e o meio natural para o crescimento e o bem-estar de todos os seus membros, em particular das crianças” (VALLE, 2011, p.85). Ela garante vínculos afetivos, segurança e a possibilidade de formação nos valores humanos.

Escola e família deverão somar esforços para a construção da cultura da paz. As bases da educação se encontram exatamente no núcleo doméstico. A escola é a extensão que faz ponte entre este nível e a sociedade. Porém, não é o único. A educação para a paz, mais do que ser desejada, deve ser uma atitude formada e praticada nas relações que se estabelecem entre o Eu e o Outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo presente as análises realizadas ao longo deste trabalho, entendemos que tenhamos conseguido atingir os objetivos que foram propostos para a sua realização. Com efeito, interagindo entre os fatos e acontecimentos que marcaram o desenvolvimento de uma cultura da violência ao longo dos cinco séculos desde a colonização do Brasil pelos portugueses, ficou evidenciado o processo de apoderamento por parte das oligarquias do Estado brasileiro e o efeito que isto produziu gerando o empobrecimento de esmagadora maioria de sua população.

Foi possível compreender que esta cultura se deu como resultado, entre outras coisas, da luta de classes que no país se desenvolveu. Ganhou a classe social que tinha sob seu domínio a economia e o Estado. Portanto, concluímos nós que o Estado tem responsabilidade singular diante deste fato, pois o seu papel é, o de garantir o bem estar de seus cidadãos e a harmonia social. É sua responsabilidade promover as condições necessárias para que a educação de seu povo o eleve a uma condição de liberdade de escolhas e de segurança.

O neoliberalismo é uma das configurações presentes no Estado brasileiro e que nas últimas décadas têm em grande parte desenvolvida políticas públicas precárias, principalmente no que se refere às políticas sociais: educação, saúde, transporte, moradia, alimentação, vestuário, entre outros.

Neste contexto, entendemos que o Estado colocado a serviço das elites dominantes, procura controlar a sociedade civil, acompanhando e reprimindo quando sinalizam desejo e ação em direção à construção de uma sociedade mais justa ao se cobrar reformas essenciais como reforma agrária, trabalhista, política entre outros direitos sociais.

As duas configurações referidas acima se apresentam como facetas da mesma realidade. O capitalismo globalizado tem como finalidade única o lucro. O sistema tem levado vantagens sobre a grande maioria da população mundial, além de explorado predatoriamente a matéria prima no planeta a ponto de torná-la quase escassa, ameaça o equilíbrio da vida.

Explicitando as perspectivas: o neoliberalismo, apresentado e defendido pelos governos neoliberais, pelos organismos internacionais (BM e FMI,

entre outros) que de certa forma, comungaram na mesma ideologia, a do Estado mínimo, levaram o Estado a minimizar seu papel para as questões sociais e a maximizar o grande capital. Atuou com seu aparelho repressivo no sentido de coibir a organização da sociedade civil e sua ação no sentido de cobrar outra postura do próprio Estado.

Constatamos com os autores de nossa referência que houve para a sociedade frutos negativos, apesar do crescimento econômico. Desenvolveu-se a desigualdade escandalosa: os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. O que nos leva a crer que o crescimento econômico e da miséria se deram dentro de um processo de favorecimento de alguns em detrimento da grande maioria.

Para o desencadeamento do processo da análise entendemos importante a mudança de mentalidade e de metodologia, pois constatamos as limitações da história considerada na perspectiva da elite dominante. Como se pôde perceber, o tipo de história que se escreve depende da interpretação que o pesquisador dá aos fatos. A visão da elite basicamente considerou o que lhes interessou.

Desenvolver a análise na perspectiva dos empobrecidos é revalorizar a história dos povos que contribuíram na construção da Nação e da cultura brasileira. Índios, negros, homens e mulheres descendentes ou não das civilizações europeias constituíram esta nação. Nossa abordagem é também um convite para despir-se dos preconceitos em relação aos empobrecidos que estão arraigados em nossa cultura.

Diante das possíveis causas da cultura da violência, apontamos a ausência do Estado no cumprimento de seu papel, principalmente de políticas públicas que deixaram de ser implementadas para contemplar a classe social trabalhadora. A submissão do Estado acabou por permitir a concentração dos meios de produção, especialmente a terra, gerando a exclusão de mais da metade da população do direito à sua posse. Consequência disso foi a crescente emigração para as grandes metrópoles, nas quais foram se formando os bolsões de miséria, onde os narcotraficantes tiveram terreno fértil para se expandir.

O Estado, além de ser um dos possíveis responsáveis pela cultura da violência, adotou práticas violentas para a resolução de conflitos. Portanto, a violência praticada pelos pobres é em grande parte consequência e não a causadora desta cultura. Não pretendemos com esta hipótese isentá-los de sua

responsabilidade, porém, considerar que têm suas causas na situação que se configura dentro de uma complexidade histórica, social e política.

Faz-se necessário um esclarecimento, o que se pretendeu com esta análise foi a busca das causas desta cultura, o que a promoveu e a sustenta. Deste objetivo é que inferimos nossa percepção, foi produzida dentro de um contexto complexo. Quando se refere à cultura, admite-se uma realidade que se constrói a partir da prática coletiva. O indivíduo é apenas um ator dentro da sociedade, o que faz algo tornar-se cultura é a prática assumida por todos.

A nossa análise, considerou o que se havia proposto como problema da pesquisa, e, de certo modo, respondeu indagações sobre: quais as bases humanas e sociais da cultura da violência? E, como a educação pode contribuir para promoção da cultura da paz?

Ao contemplar um horizonte mais amplo, o momento atual é de possibilidades de mudanças, ainda que pequenas, rumo a uma nova sociedade. Destacamos aqui o que se tem realizado para a paz.

A sociedade civil tem refletido e se mobilizada para superar os desafios e dar curso a uma educação para a cultura da paz. Chegamos à conclusão de que muitos são os meios que poderão contribuir para a construção da paz, entre elas destacamos as Instituições Religiosas que tem por princípio levar o ser humano à harmonia consigo mesmo e com o Outro, o que se considera a dimensão social da religião; as ONGs, que se mobilizam em prol de diversos objetivos; a Escola Pública, que tem hoje, mais do que nunca o papel de formar cidadãos críticos para conviver e contribuir com seu trabalho para a construção de uma sociedade mais justa; os Conselhos que se organizam dentro de várias esferas, do setor público ao privado para garantir o pleno cumprimento das diretrizes governamentais e a aplicação de políticas públicas que atendam a diversidade de demandas da população.

Outro meio possível para a construção desta cultura se dá no âmbito do político. Esta análise nos levou a considerar que somente a prática da política em vista da justiça social é que será possível caminhar para a superação da situação de exclusão social, que de certa forma reproduz a violência sofrida, reforçando a cultura da violência. Partindo do princípio de que violência gera violência e, a violência da exclusão praticada dentro da permissividade do Estado tutelado pelas elites é que se entende, em grande parte a violência praticada pelos empobrecidos.

Entendemos ainda, que os meios de comunicação social são instrumentos eficazes para incutir novos valores na sociedade. Eles têm condições de chegar em tempo real e atingir simultaneamente um grande número de pessoas nas mais difíceis realidades possíveis. Tem potencial privilegiado de transformação da realidade, se colocado a serviço de uma educação para a paz.

Por fim, vale para cada um, a cultura da paz é fruto da responsabilidade pessoal e coletiva. Os meios são importantes para o seu desenvolvimento, contudo, somente uma ação dos atores sociais nesta perspectiva é que dará curso o que se almeja. A militância social é uma prática fundamental para a construção de uma nova sociedade, sobretudo uma sociedade que priorize a paz como meio para a realização da condição humana desejável.

À educação cabe o papel de investigar e dar sentido à vida, à formação de pessoas íntegras, reflexivas, críticas e capazes de assumirem como projeto de vida a cultura da não violência e educar-se para ela, daí a educação ser entendida por nós como processo que se desenvolve ao longo da vida toda, e a escola como mais uma instituição de educação capaz, de contribuir com este processo, sendo de fundamental importância, pois se soma ao desafio de buscar caminhos novos para despertar a participação dos cidadãos no destino da sociedade, tendo em vista que nas últimas décadas as pessoas tornaram-se cada vez mais apáticas em relação às questões sociais, políticas e culturais do seu próprio país.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, C. et al. **História da sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.
- ALMEIDA, A. M. O. et al. **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano: estudos em representações sociais/org**. Brasília: Ed. da UnB, 2006.
- ALVES, J. F. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Moderna, 1988.
- ANJOS, D. D.; SANT'ANNA, L. B. Concepção dialética: resgatando a possibilidade da luta através da educação. **Nuances**, Revista do curso de Pedagogia, Presidente Prudente, v.6, n. 6, p. 84 -89, out. 2000.
- BARROS, P. et al. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo v. 15, n. 42, Feb. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sciarttext&pid=s0102-69092000000100009>>. Acesso em: 27 mar. 2011.
- BEATO, F. C. C. **Políticas públicas de segurança: Equidade, Eficiência e Accountability**. Disponível em: <www.fundaj.gov.br/docs/eg/semi6.rtf.2001>. Acesso em: 27 mar. 2011.
- BOBBIO, N. **O problema da guerra e as vias da paz**. São Paulo: UNESP, 2003.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 maio 2011.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. "Sociedade civil: sua democratização para a reforma do Estado". In: BRESSER-PEREIRA, L. C., WILHEIM, J.; SOLA L. (orgs.). **Sociedade e Estado em transformação**. São Paulo: Ed. Unesp/ENAP, 1999.
- BRITTO, L. P. L. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- BUDDEMEIER, H. **Mídia e violência: como as cenas de violência atuam, e por quê?** São Paulo: Antroposófica: Aliança pela Infância, 2007.
- CALDAS, W. **O que todo cidadão precisa saber sobre cultura**. São Paulo: Global, 1986.
- CASTANHO, S. E. M. **Nasce a nação: Rolando Corbisier, o nacionalismo e a teoria da cultura brasileira**. Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação. 1993. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000065425>>. Acesso em: 03 jan. 2011.

CELAM. II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Medellín** – Texto oficial. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1984.

_____. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. **Conclusões de Puebla** – Texto oficial. 8. ed. São Paulo: Paulinas, 1986.

CHIAVENATO, J. J. **O golpe de 64 e a ditadura militar**. São Paulo: Moderna, 1994.

CHRISPINO, A.; DUSI, M. L. H. M. Uma proposta de modelagem de política pública para a redução da violência escolar e promoção da cultura da paz. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 597-624, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v16n61/v16n61a07.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

CNBB. **Fraternidade e segurança pública: a paz é fruto da justiça**. Campanha da Fraternidade 2009: Manual. Brasília: Edições CNBB, 2008.

_____. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **Marco referencial da pastoral da juventude do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1998. (Estudos da CNBB; 76).

COMBLIN, J. **Viver na cidade: pistas para a pastoral urbana**. São Paulo: Paulus, 1996.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Violência contra os povos indígenas no Brasil: relatório 2008**. Brasília: CIMI, 2008.

COSTA, M. R.; PIMENTA, C.A.M. **A Violência: natural ou sociocultural?** São Paulo: Paulus, 2006.

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir** – Relatório para a UNESCO da comissão internacional sobre educação para o século XXI. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

DERISI, O. N. **Valores básicos para a construção de uma sociedade realmente humana**. São Paulo: Mundo Cultural, 1977.

FELINTO, M. Não foi uma nação chamada Irã que aniquilou Hiroshima **Revista Caros Amigos**, São Paulo, v. 12, n. 143 p. 43, fev., 2009.

FIGUEIRA, D. G. **História: volume único**. São Paulo: Ática, 2005.

FONSECA, M. O Banco Mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Rev. Fac. Educ.** v.24, n.1, São Paulo, Jan./Jun. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-25551998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 mar. 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

GENTILI, P. **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1988.

GUTIÉRREZ, G. **Onde dormirão os pobres?** São Paulo: Paulus, 2003.

IRIARTE, G.. **Neoliberalismo sim ou não? Manual destinado a comunidades, grupos e organizações populares.** São Paulo: Paulinas, 1995.

KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: INESP, 2005.

KUCINSKI, B. Quando a imprensa precisou de heróis. In: GOMES, P. G. et al. (org.). **Comunicação memória e resistência.** São Paulo: Paulinas, 1989, p. 35-48.

LABICA, G. **Democracia e revolução.** Trad. SABOGA, T. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEITE, L. C. **Meninos de rua: a infância excluída no Brasil.** São Paulo: Atual, 2001.

LIBANIO, J. B. **Ideologia e cidadania.** São Paulo: Moderna, 1995.

MATOS, H. C. J. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja católica no Brasil.** São Paulo: Paulinas, 2003.

MAZZAROLLO, M. O Estado dos conflitos sociais na Imprensa. In: SOARES, I. O.; MOTTA, J. M. (Orgs.). **A Comunicação na Construção da Paz.** São Paulo: Paulinas, 1986. p. 29-31.

MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education: revise and expanded from case study research in education.** JOSSEY-BASS: A Wiley Imprint, 1998.

MIQUELIN, V. et al. **Presença na América Latina e no Brasil: história da Igreja II.** Porto Alegre: Centro de Capacitação da Juventude, 1995.

ODALIA, N. **O que é a violência.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

OLIVEN, R. G. **Violência e cultura no Brasil.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo: Loyola, 1987.

PALERMO, Z. Para uma genealogia de La descolonización intelectual em los Andes. In: WALSH, C. **Estudios culturales latino americanos: retos desde y sobre La región andina.** Quito, Ecuador: ABYA-YALA, 2003. p. 131-146.

PEDROSO, R. C. **Violência e cidadania no Brasil**: Violação dos direitos humanos, desigualdade social, combate à criminalidade e busca pela paz. São Paulo: Ática, 2006.

PEREIRA, J. **Violência**: uma análise do "homo brutalis". São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

PERES, M. F. T. et al. Homicídio, desenvolvimento socioeconômico e violência policial no município de São Paulo, Brasil. **Rev. Panam salud Publica**, v.23, n. 4, 2008. Disponível em: <<http://journal.paho.org/uploads/1208456235.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2010.

PERONI, V. M. V. **Reforma do Estado e a tensão entre o público e o privado**. 2008. Disponível em: <www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/ministerio_publico_1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2011.

_____. **Políticas públicas e gestão da educação em tempos de redefinição do papel do Estado**. Disponível em: <www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_gestao/modulo1/pol%Edticas_publicas>. Acesso em: 20 abr. 2010.

PETRAGLIA, et al. (Orgs.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

PORTO, M. S. G. **Polícia e violência**: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=arttext&pid>. Acesso em: 14 jun. 2010.

ROCHA, R. L. M. Uma cultura da violência na cidade? Rupturas, estetizações e reordenações. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, v.13, n. 3, 1999.

ROSSY, E. J. B. **Mídia e Terceiro Setor**: como as ONGS promovem a cultura de paz. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

SANTOS, L. S. **O que é Cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SALOMÓN, L. O papel da sociedade civil na construção da democracia. In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (Orgs.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009, p. 19-31.

SANTAYANA, M. O Estado a serviço dos ricos. **Revista do Brasil**. Brasília, n. 24, p.4-6, maio 2008.

SEVERINO, A. J. **Educação, Ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SCHMIDT, D. P. **Violência como uma expressão da questão social: suas manifestações e seu enfrentamento no espaço escolar**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Santa Maria, RS., Brasil. Disponível em:

<http://cascavel.cpd.ufs.br/tde_busca/arquivo.pdp?codarquivo=1878>. Acesso em: 8 jul. 2010.

SOARES, I. O.; MOTTA, J. M. (Orgs.). **A Comunicação na construção da paz**. São Paulo: Paulinas, 1986.

SOUZA, L. C. M. **A autonomia da escola pública**: um complexo movimento entre a outorga e a construção. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOUZA, R. C. **Palavra, parábola**: uma aventura no mundo da linguagem. Aparecida, SP: Santuário, 1990.

STRUMIELLO, M. Vila Rezende, jazigo 486: mais um jovem assassinado pela PM. **Revista Caros Amigos**. São Paulo: Casa Amarela, v.12, n. 142, jan. p. 10-16, 2009.

TILBURG, J. L. V. **A recuperação de formas de resistência pela comunicação**. In: GOMES, P. G. et al. (Orgs.) *Comunicação memória e resistência*. São Paulo: Paulinas, 1989, p. 219-230.

VALLE, L. E. L. R.; MATTOS, J. V. M. (Orgs.). **Violência e educação**: a sociedade criando alternativas. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

VELAZQUEZ, C. C. **Educação para a paz**: promovendo valores humanos na escola através da educação física e dos jogos cooperativos. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2004.